



PUC

RAQUEL OCHOA CARDICH

"A VOZ DAS MENINAS" NA CONSTRUÇÃO DAS NORMAS EM UMA
INSTITUIÇÃO DE ATENDIMENTO PARA MENINAS DE RUA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Departamento de Psicologia

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1994.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

RUA MARQUÊS DE SÃO VICENTE, 225 – CEP 22453

RIO DE JANEIRO – BRASIL

N.Cham. 150 C267 TESE UC

Autor Cardich, Raquel Ochoa.

Título "A voz das meninas" na construção das normas em um



Ex2 FUC-Rio - PUCB

00088191

RAQUEL OCHOA CARDICH

**"A VOZ DAS MENINAS" NA CONSTRUÇÃO DAS NORMAS EM UMA
INSTITUIÇÃO DE ATENDIMENTO PARA MENINAS DE RUA**

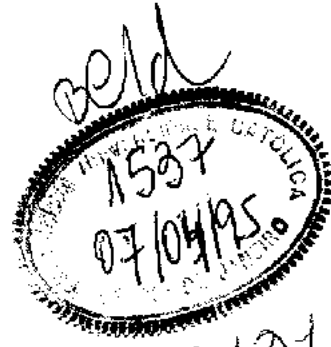
Dissertação apresentada ao
Departamento de Psicologia
da PUC/RJ como parte dos
requisitos para obtenção
do título de Mestre em
Psicologia Clínica.

**Orientador: Maria Helena
Novaes**

Departamento de Psicologia
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1994

UC 60752-1



88197

150
C267
TESE UC

AGRADECIMENTOS

A Prof. Maria Helena Novaes Mira, pela confiança, incentivo e paciência com que orientou e contribuiu ao desenvolvimento deste trabalho.

A Prof. Maria Euchares Motta, pela colaboração que nos momentos difíceis, esclareceram o entendimento da temática trabalhada.

Aos professores do departamento de psicologia, especialmente a Esther Arantes e Cláudia Garcia pelas contribuições dadas ao longo do curso.

Aos Coordenadores da Instituição, sede da pesquisa, que me deram a oportunidade de concretizar o trabalho.

Aos professores do Curso: "Os direitos das meninas" realizado no CEUP (Centro Unificado de Ensino e Pesquisa) da UERJ, que proporcionaram um espaço para a reflexão da prática no atendimento com meninos e meninas de rua.

Aos técnicos da instituição, pela confiança e colaboração com a pesquisa.

As meninas que toleraram com paciência uma "estrangeira" e lhe permitiram compartilhar as vivências do seu cotidiano.

À Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro pelo apoio recebido.

A CAPES pela bolsa de estudo e à FAPERJ pelo apoio financeiro para a culminação da pesquisa.

RESUMO

A presente dissertação propõe-se estudar a construção de normas em um grupo de meninas e adolescentes, num contexto institucional alternativo para "meninas de rua". Inicialmente, contextualiza-se a problemática específica da "menina de rua", assim como as práticas de atendimento destinadas à infância e adolescência no Rio de Janeiro. Trata-se de uma pesquisa do tipo qualitativo, baseada na observação participante em uma determinada instituição e em entrevistas com as meninas e os funcionários. Inclui-se a descrição da instituição, as características do grupo de meninas e adolescentes, dos funcionários e a relação estabelecida entre eles e as meninas. Numa abordagem interdisciplinar foram discutidos os conceitos de instituição, norma e transgressão, a fim de melhor compreender a construção das normas neste grupo de meninas e adolescentes. Utiliza-se como categorias de análise os seguintes dilemas encontrados nesse cotidiano institucional: ordem x desordem, limite x punição, deveres x direitos. Estes dilemas não apresentam uma única via de resolução, mas remetem a uma nova reflexão do trabalho institucional com essas meninas, que leva a rever os objetivos institucionais e a posição da sociedade face a essas intervenções.

ABSTRACT

This dissertation studies the norms construction involving a group of young girls and teenagers of the so called "street children", in an alternative institutional context. Initially, we situate the specific problematic of this group and the attendance practices reserved for the childhood and teenagers in Rio de Janeiro. This is a qualitative research, based on a participating observation and also in interviews with the girls and the staff members. The study describes the institution and also the characteristics of the girls teenagers, the staff members and the relationship between the former and the girls. For a best comprehension of the norms construction in this specific group, we analyse the concepts of institution, norm and transgression in an interdisciplinary approach. As analysis categories, we utilize the following dilemmas observed in the institution quotidian: order x disorder, limit x punishment and duties x rights. These dilemmas haven't a one way resolution, but they serve to a new reflection of the institutional work with this group and, to scrutinize the institutions objectives and the society position as regards these interventions.

SUMÁRIO

	pag.
Resumo	ii
Abstract	iii
Introdução	1
Capítulo I: Contextualização da problemática dos meninos e meninas de rua	4
1. Situação da menina de rua: a mais vulnerável	7
1.1. A categoria do gênero e suas implicações na menina-mulher	7
1.2. A vivência da violência e a discriminação	11
Capítulo II: Instituições de atendimento dirigidas à infância e adolescência	16
1. Internação x Projetos Alternativos	19
2. O Código do Menor x o Estatuto da Criança	26
Capítulo III : A pesquisa de campo	29
1. Metodologia	29
2. A Instituição: o espaço da pesquisa	36
2.1. Objetivos e história da instituição	36
2.2. Organização e rotinas de funcionamento	38
3. Perfil do universo da pesquisa: as meninas	41
4. Os funcionários	46
5. Relação técnico-menina	48

Capítulo IV : A Institucionalização das Normas	52
1. A Instituição: O Instituído x O Instituinte	52
2. As Normas	55
3. A Transgressão	59
4. Os dilemas	61
4.1 Ordem x Desordem	61
4.2 Limite x Punição	70
4.3 Direitos x Deveres	76
Capítulo V: Reflexões finais	84
Bibliografia	89

INTRODUÇÃO

A situação dos países latino-americanos, de um modo geral, precisa soluções para problemáticas que atualmente tornam-se cada vez mais críticas e graves. À margem das características históricas, culturais e sócio-econômicas específicas de cada país, o atual fenômeno da pobreza encontra-se ao longo do continente, tendo como uma de suas manifestações agudas o aumento das populações que habitam nas ruas das metrópoles urbanas, em particular, crianças e adolescentes.

No contexto da mudança nas políticas e práticas dirigidas à assistência da infância e adolescência no Brasil, encontram-se as preocupações que motivam este trabalho. De um lado, elas estão vinculadas à problemática específica da chamada "menina de rua" e, do outro, à sua relação com as instituições que lhe prestam atendimento.

Assim, através de uma perspectiva psicossocial, a presente pesquisa propõe-se a estudar a construção de normas num grupo de meninas e adolescentes "de rua", no contexto institucional de um Projeto Alternativo¹ de atendimento, na cidade do Rio de Janeiro.

No primeiro capítulo, apresenta-se a situação particular da menina de rua, tendo como eixo a noção de gênero. Aponta-se à condição feminina, aliada às relações de classe, raça, entre outras, como as questões que colocam as meninas numa situação de maior vulnerabilidade frente a situações de violência do que os

¹No sentido que apresenta Rizzuti e Silk (1990) ao termo alternativo, como uma opção diferente ao atendimento em instituições fechadas do tipo internato.

meninos de rua, encontrando-se assim, sujeitas a uma marginalidade de conotações diferentes.

No segundo capítulo, faz-se uma breve resenha da trajetória das instituições de atendimento à infância pobre no Brasil, contrapondo as práticas tradicionais, baseadas na internação, aos atendimentos ditos alternativos. Ressaltam-se os programas destinados à população de rua, no contexto atual da vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O terceiro capítulo expõe os procedimentos metodológicos do trabalho de campo. Trata-se de uma pesquisa do tipo qualitativo, que pretende compreender de forma particular o fenômeno estudado e não generalizar os resultados. Utiliza-se principalmente a observação participante, assim como também entrevistas às meninas e aos funcionários envolvidos no cotidiano institucional. Neste capítulo, descreve-se a instituição, espaço onde se realizou a pesquisa, sua história, objetivos, organização e funcionamento. Depois, traça-se o perfil do grupo estudado, composto por dezoito meninas e adolescentes que tinham a experiência de morar nas ruas da cidade do Rio de Janeiro. Finalmente, mostra-se a relação que se estabelece entre os técnicos da instituição e sua clientela.

O quarto capítulo discute a teoria que serve de embasamento à análise do material levantado. Empregando o conceito de instituição de Lourau, destaca-se a dinâmica do termo, ou seja, a dualidade instituinte e instituído. Também, discutem-se os conceitos de norma e de transgressão. Entendem-se aqui, não como noções únicas, nem verdades absolutas. Pelo contrário, pretende-se salientar seus aspectos controversos e polêmicos, sublinhando-se, assim, a dicotomia existente entre as

normas formais, ditas universais e aquelas interiorizadas pelos indivíduos particulares.

A problematização do cotidiano institucional é feita a partir de três categorias de análise na forma de dilemas: ordem x desordem, limite x punição e deveres x direitos, as quais acredita-se não apresentam uma única via de resolução, mas possibilitam uma melhor análise e discussão das situações observadas.

Em lugar de tentar dar uma resposta conclusiva para questões tão complexas e conflitantes, as reflexões finais do trabalho trazem à tona diversos aspectos da problemática registrados ao longo da pesquisa, acreditando-se que desta forma, contribui-se melhor para a compreensão desta problemática.

CAPÍTULO I

CONTEXTUALIZAÇÃO DA PROBLEMÁTICA DOS MENINOS E MENINAS DE RUA

O termo genérico "meninos de rua" foi gestado a partir de pesquisas sociológicas iniciadas no final da década de 70. Gerada e identificada como uma nova categoria de estudos na academia, a expressão expandiu-se na sociedade e acabou por ser incorporada à linguagem corrente (Rocha, 1992).

Refere-se às crianças e adolescentes que vivem seu cotidiano e habitam nas ruas dos centros das grandes cidades. Elas procuram seu sustento na rua seja trabalhando (como vendedores, vigias, lavadores de carros etc.), esmolando e, as vezes, até realizando pequenos furtos ou envolvendo-se em outras atividades ilegais.

Como mencionam diferentes estudos (Ferreira, 1979; Valladares e Impelizeri, 1991; Rocha, 1992), geralmente estas crianças possuem uma trajetória comum. Apresentam um progressivo abandono tanto da família, devido à situação de extrema pobreza ou de maltrato familiar, como da escola, que parece mostrar-se incapaz de reter em suas salas crianças pobres e miseráveis. Depois, junto com outros meninos, iniciam uma vida em grupos ou "bandos", nos espaços públicos da cidade: ruas, praças, praias entre outros.

No entanto, como assinala Rizzini (1986), nem todos podem ser considerados "de rua", sem nenhum vínculo familiar. Através de 300 entrevistas realizadas com crianças e adolescentes, nas

ruas da cidade e da zona sul do Rio de Janeiro, a autora encontrou que 70%, ou seja, a maioria delas, mantinha contato com sua família e contribuía efetivamente no orçamento familiar. Este ponto segundo Rocha (1992), mostra como a expressão "menino de rua" pode contribuir para negligenciar a raiz macro-estrutural na qual se assenta sua condição de vida e apresentá-los, assim, como um caso individual "desviante", "marginal", como "excluídos", como "anti-sociais". A autora observa como estes rótulos escondem a profunda integração social que estas crianças e adolescentes expressam, já que são frutos da própria sociedade.

Deste modo, Dimenstein (1993) entende a situação da infância como um perfil do estágio de desenvolvimento econômico, social e político do país, onde a ausência de cidadania evidencia-se ao gerar um menino de rua, que expressa o sintoma agudo da crise e violência social.

Nesta linha de análise, Ferreira (1979), Rizzini (1986), Feneion (1992), Leite (1991), Rocha (1992), entre outros, concordam que o pano de fundo da chamada questão dos meninos de rua constroi-se a partir de um modelo social e econômico excludente e marginalizador que abandona boa parte do futuro da nação, privando-a de condições adequadas de habitação, saneamento, nutrição, educação e saúde. Cabe mencionar que até o direito mais elementar, o da vida, não é garantido a este grupo. Dimenstein (1993), colocando o tema do extermínio de crianças, mostra os dados de uma pesquisa realizada em 1989, revelando que a cada dois dias uma criança -apontada como "menino de rua"- é assassinado por policiais ou grupos de extermínio formados por seguranças particulares contratados por empresários. Posteriormente, criou-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito

(CPI) para investigar denúncias de violência contra as crianças. Batizada pela imprensa como a CPI do extermínio, mostrou em 1992 uma situação ainda mais grave, quatro assassinatos por dia.

Por outro lado, o extermínio também atinge as meninas, como apresenta o relatório "Extermínio de crianças e adolescentes no Brasil em 1992"¹. O estudo foi baseado na amostragem das notícias de homicídios publicadas em jornais de 8 estados. Constatou-se que 21% de meninas da amostra foram assassinadas, sendo que, foram apontados como responsáveis, com maior frequência, os parentes (19%) e o namorado (6%).

Neste relatório, o estado do Rio de Janeiro mereceu análise especial, devido a seu peso na amostra nacional, já que corresponde à metade dos casos pesquisados. Mostra-se que este Estado continua a ser um dos nós da questão do extermínio. Cerca de 21% dos assassinatos foram contra mulheres de zero a 17 anos. As negras responderam por 52%, as brancas 19%. As mais atingidas foram meninas adolescentes entre 15 e 17 anos (62%), seguida das menores de 10 anos (15%).

Um fenômeno diagnosticado também em outros relatórios² mais recentes que do CEDOM é que aparece com mais nitidez a crescente participação de traficantes de drogas na participação dos assassinatos. A análise dos dados de 1992 indicam que 70% dos homicídios são atribuídos ao tráfico de drogas e aos grupos de extermínio.

Neste contexto dramático, as meninas-mulheres se debatem com problemas específicos, que são caracterizados a seguir.

¹ Produzido pelo Centro de Documentação (CEDOM) do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP). (Pixote, Ano II, No. 1 e 3, 1994.)

² Como "Homicídios dolosos praticados contra menores no Estado do Rio de Janeiro" feito pelo ISEB em 1993, que constatou como o principal alvo de homicídios o jovem de 17 anos, procedente dos bairros pobres, e, como grande exterminador, o tráfico de drogas. (Jornal do Brasil, 26/10/93).

1. Situação da Menina de rua: "A mais vulnerável"

Inicialmente, com o nome "menino de rua" incluía-se implicitamente à menina-mulher. No entanto, é nos últimos anos que a particularidade da "menina de rua" foi adquirindo maior espaço e relevância, sendo objeto de diferentes estudos (Vasconcelos, 1988; Moraes et alii, 1991; Rizzini, 1992; Fenelon, 1992; Pereira, 1993). Também, foi tema principal de diversas publicações e relatórios de instituições que se propõem a oferecer atendimento a esta população (CBIA, 1990; UNICEF, 1993; Childhope Foundation 1993a, 1993b; CEAP, 1993).

Todos os trabalhos revisados coincidem em colocar que a maioria dos problemas específicos que enfrentam estas meninas estão relacionados com seu gênero, raça, classe social e grupo cultural. Neste sentido, ser mulher, pobre, negra, morar na rua (espaço público, reduto masculino) significaria confrontar-se no seu cotidiano com a violência e a marginalização, justificada e naturalizada na sociedade.

A seguir, aborda-se a problemática da menina de rua, à luz da diferença de gênero.

1.1. A Categoria do Gênero e suas implicações na "Menina-Mulher".

Com o objetivo de analisar o desenvolvimento psicológico diferencial da menina e do menino, Dio Bleichmar (1988) baseia-se na categoria do gênero. Assinala que, embora Freud tenha mostrado o caminho ao utilizar o termo sexualidade de forma abrangente (considerando-o de grande importância na estruturação

de todo comportamento social e não só em suas formas manifestas sexuais de reprodução), os termos sexo e gênero não costumam ser discriminados na psicanálise clássica e, até uma década atrás, em geral, eram utilizados indistintamente. A autora os diferencia da seguinte forma:

"Sob o substantivo gênero se agrupam todos os aspectos psicológicos, sociais e culturais da feminilidade/masculinidade, reservando-se sexo para os componentes biológicos, anatômicos e para indicar o intercâmbio sexual." (Dio Bleichmar, 1988, p.33)

Segundo Dio Bleichmar (1988), a categoria do gênero é construída simbolicamente e articulada de formas múltiplas e complexas. Assim, compreende a atribuição ou rotulação do gênero, a identidade do gênero e o papel do gênero. Interessa nesta pesquisa, destacar o conceito papel do gênero, que explica-se a seguir.

Papel é um conceito proveniente da sociologia que refere-se ao conjunto de prescrições e proscricções quase-objetivas³ para uma determinada conduta. Deste modo, o termo papel do gênero definiria para as pessoas que possuem um sexo determinado, o conjunto de expectativas acerca dos seus comportamentos sociais. Em cada cultura, nos seus diversos estratos, encontra-se rigidamente pautado o que se espera, ou seja, a tipificação ideal da feminilidade ou da masculinidade e, como assinala Sorj (1992), esta é apreendida, representada, institucionalizada e transmitida ao longo de gerações.

Então, podemos dizer que o papel do gênero tipifica regras, modelos e ideais para a conduta do feminino/masculino. Este

³ No sentido que nem sempre são codificados ou regulamentados, podendo-se situar no plano das normas sociais implícitas (Krüger, 1986).

processo se inicia na família e apresenta variações nas diferentes micro-culturas a que ela pertence.

A família de origem, onde se dá a primeira socialização das chamadas meninas de rua, pode-se denominar de forma genérica de afro-brasileira⁴ (negra-mestiça). As características mais específicas são mencionadas por Moraes et alii (1991): uniões consensuais com incidência relativamente alta de abandono das mulheres e filhos; tem numerosa prole e pessoas agregadas de sua própria família e até de outras famílias, compartilhando de uma mesma moradia, geralmente pequena; a renda e o nível de escolaridade são baixos. Em relação ao papel da mãe, menciona-se:

"A figura materna constitui-se como aquela que nutre, que transmite valores, que ocupa o lugar da autoridade no grupo familiar, demarcando a lei. No cumprimento destes papéis, a mulher lança mão inclusive do trabalho coadjuvante infante juvenil, principalmente o da menina" (Moraes et alii, 1991, p.526).

Nesse contexto onde a mulher-mãe é a chefe da família, a menina irá desempenhar tarefas importantes para a manutenção do grupo familiar. Por exemplo, através das tarefas domésticas, do cuidado com os irmãos menores, da vigilância da casa ou dos objetos da família na rua, quando acompanha aos adultos que trabalham como camelôs. Geralmente, estas meninas não têm trabalho remunerado e não frequentam o sistema educativo.

Assim, em oposição ao que ocorre com os meninos, preferentemente as meninas são pressionadas a permanecerem no lar, cumprindo as funções maternas e de donas de casa que se outorgam ao papel feminino, ou a saírem para outros lares para desempenharem-se como domésticas. Portanto, a saída para a rua, pode significar um conflito. Em uma sociedade que não lhes

⁴ Com este termo queremos salientiar uma identidade étnica, cultural e racial que geralmente é desqualificada ou reprimida (Adorno, 1988).

oferece nenhuma oportunidade, apropriar-se do espaço da rua implica a transgressão de uma norma fundamental: "o lugar da menina é na casa".

Neste sentido, estas meninas vivenciam junto ao sentimento de liberdade (ao livrar-se das pressões, controles e abusos no seio da família), sentimentos de culpa e insegurança. Decorrente disso, segundo Yannoulas (1992) as meninas de rua oscilam entre uma atitude de rebeldia frente aos padrões introjetados em sua primeira socialização, e do outro lado, uma atitude de submissão muito grande diante das regras da rua, expressa nas normas internas de cada grupo. Igualmente, elas terão que apreender regras de convivência com outros personagens da rua, como por exemplo: os encontrados em determinados espaços públicos (lojas, restaurantes etc.), a polícia, os educadores que atendem meninos e meninas de rua, entre outros.

Nestas circunstâncias, as meninas defrontam-se com a dinâmica e complexidade das normas sociais. Elas apreendem a relativizar os limites e sanções, a driblar sua lógica e segui-la ao mesmo tempo, em um processo conflitivo, até violento, que vai sendo construído pouco a pouco (Rocha, 1992).

É importante observar que esta diferença, atribuída ao espaço privado do lar para a mulher e o público da rua para o homem, marca também o início do processo de discriminação e violência contra as mulheres que fogem do roteiro prefixado pela sociedade (Moraes et alii, 1991; Borba, 1993).

Então, no caso das meninas de rua, como menciona Pereira (1993), isto tem um significado de dupla transgressão. Primeiro, ficar na rua, espaço compreendido desde o início do século como fonte de vícios e convite à criminalidade. E segundo, se apossar

de um local público que é histórica e culturalmente dado como masculino, rompendo assim com a naturalização da correlação mulher-espaço doméstico.

No próximo item, passaremos a delinear as conseqüências, no cotidiano das meninas de rua, desta "dupla transgressão". É mais precisamente, para fazer a leitura de toda a realidade destas crianças e adolescentes, toma-se como eixo a violência e a discriminação vivida por elas no seu cotidiano.

1.2. A vivência da violência e da discriminação.

Com relação ao conflito casa x rua que vivenciam estas meninas, mesmo existindo oposição entre ambas, nos dois casos a violência está muito presente. Neste ponto cabe a pergunta seguinte: A que ação denomina-se de violenta?

Segundo Adorno violência é:

"... uma ação que envolve a perda de autonomia, de modo que pessoas são privadas de manifestar a sua vontade, submetendo-a com seu desejo à vontade e ao desejo dos outros" (Adorno, 1988, p.9).

O autor menciona que a violência não se expressa apenas nas relações entre as classes sociais (relações de exploração), mas nas relações interpessoais cotidianas. Basicamente toma como exemplos a violência ocorrida nas relações de gênero, entre homens e mulheres, nas relações entre adultos e crianças, nas relações entre brancos e negros, entre outras.

Neste ponto é possível estabelecer um paralelo com as chamadas meninas de rua, já que pela própria condição de mulher-pobre-negra, acaba-se impondo a submissão nas suas relações. A violência aparece no seu cotidiano e corresponde a uma realidade

intensamente vivida. Como assinala Moraes et alii (1991), esta é incorporada no seu dia a dia, aparece como algo normal e natural, que faz parte da vida e com a qual devem-se acostumar.

A violência sexual, por exemplo, é um tema sempre presente nas histórias de suas vidas. Na maioria das vezes, estas ações violentas desencadeadas sobre elas começaram dentro da própria casa, com histórias de tentativas ou consumação de estupro por parte de padrastos, tios etc. Assim, a rua constitui-se em uma tentativa de saída de uma situação limite. Porém, como afirma Moraes (1993), a violência masculina não termina com a fuga para a rua. Tanto na rua como na casa, a menina é a maior vítima de abusos sexuais.

Na rua, o mundo masculino é o que produz a violência. Em uma pesquisa realizada no evento denominado "I Encontro de Meninas do Estado do Rio de Janeiro"⁵ identificou-se os agentes que representavam o universo da violência. Eles foram: "o policia", "o matador", "o homem", "o tarado", "os PM", "os seguranças", "os guarda", "o velho", entre outros (Moraes, 1993). Por outra parte, não se pode desconhecer a ausência de figuras masculinas que desempenhem o papel de mediadores ou de protetores destas crianças e adolescentes. Concorde-se com Moraes et alii (1991) que uma consequência deste universo agressor masculino é que a menina, na maioria das vezes, entende como natural a submissão ao companheiro que bate nela e inclusive pode apresentar indiferença e passividade diante destas situações.

Rocha (1992). Moraes et alii (1991) observam nos relatos obtidos com estas meninas, que outra constante nas suas vidas é a violência policial. Nas suas representações é a policia que

⁵ Os dados coletados nessa pesquisa serviram também de fonte para o artigo "A menina, a vida, a cidade" (Moraes et alii, 1991) mencionado anteriormente.

anuncia os primeiros perigos da rua. Ao invés de representar a não-violência ou a proteção, representa a violência intitucionalizada, a "violência de farda". No lugar da lei encontra-se a violência da transgressão da própria lei por aquele que a representa.

Quanto à discriminação que enfrentam estas meninas, queremos assinalar como a denominação de "meninas de rua" também tem uma forte conotação estigmatizadora, que é percebida e introjetada pelas próprias meninas. Observa-se como nos seus discursos elas reproduzem o estereótipo da sociedade.

Retornamos aqui às representações do papel do gênero feminino já mencionadas anteriormente. Por um lado, temos aquelas meninas que vão desempenhar o papel de mãe e portanto devem permanecer no lar, no mundo privado-doméstico. Do outro, a menina que fica na rua está vinculada à associação corrente do senso comum entre mulheres de rua e prostituição (Rocha, 1992). Decorrente disso, a menina-mulher de rua é vista como uma mulher pública, uma potencial prostituta, aumentando assim sua condição de marginalização. Desrespeitosamente chamadas de "vadias", "perdidas", "mulheres da vida" etc., e por não terem outros referentes respeito a si mesmas, assumem o desejo do outro, passando a exercer os papéis negativos que delas se esperam (Vasconcelos, 1988). Nesta perspectiva, a auto-imagem destas meninas corresponde em geral ao estereótipo que as caracteriza de forma negativa como: "sem conserto", "sem cabeça", "irresponsáveis" (Pereira, 1993).

Com relação ao fenômeno da prostituição, de jovens de baixa renda, que vem atingindo grandes proporções, a UNICEF calcula⁶ que, pelo menos, 2 milhões de jovens entre 10 e 15 anos, estão prostituídas ou em vias de se prostituir no Brasil (CEAP, 1993).

Embora em cidades turísticas como Rio de Janeiro prolifere a presença de adolescentes nesta atividade, cabe ressaltar que a maioria das meninas de rua, no Estado, não praticam a prostituição, como registra a publicação do CEAP (1993).

Este estudo refere que em Copacabana, por exemplo, a prostituição envolve um esquema empresarial: apartamentos, agências, etc., inacessíveis às meninas de rua. Aquele mercado de jovens mulheres é composto por meninas de classe média baixa, com certo nível de escolaridade, que percebem esta prática como um trabalho e que estão fortalecidas por uma certa organização social.

A configuração da prostituição das meninas de rua assume um outro aspecto: a menina que se prostitui não percebe isto como uma profissão. Quando acontece, é principalmente um meio para combater o frio, a fome daquele momento, para garantir seu sustento em uma determinada situação, como uma prática circunstancial, desprotegida e desprovida dos esquemas de negociação com os clientes. O agravante é que tudo isso a torna presa fácil para as perversões e abusos dos homens que se aproximam prometendo algum dinheiro (Moraes, 1993). Inclusive, a experiência de trabalho com as meninas de rua não indica uma opção delas pela prostituição. Foi registrado (CEAP, 1993) pelas educadoras de rua que na perspectiva das meninas, a prostituição é

⁶ Este dado da UNICEF serve para apontar a gravidade da situação, porém, deve-se considerar que a literatura sobre o tema assinala a dificuldade existente, tanto para quantificação, quanto para a precisão conceitual do fenômeno da prostituição infanto-juvenil.

percebida de forma pejorativa, como uma prática para meninas frágeis que não possuem disposição ("coragem") para roubar e competir com os meninos.

Em síntese, o panorama apresentado evidencia as condições especialmente difíceis em que sobrevivem estas meninas nas ruas da cidade, assim como a urgência para que sejam tomadas medidas que façam reverter este quadro. No próximo capítulo, será discutido a intervenção governamental e de instituições privadas, voltadas para a assistência desta parcela da população.

CAPÍTULO II

INSTITUIÇÕES DE ATENDIMENTO DIRIGIDAS À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Neste capítulo não se pretende fazer uma análise histórica do pensamento e das práticas sobre a infância e adolescência no Brasil, que seriam matéria para um estudo à parte. O objetivo é tentar delinear, de forma retrospectiva, os modos de intervenção do Estado e da sociedade dirigidos a esta faixa da população, a fim de facilitar uma melhor compreensão e contextualização do tema.

Existe um consenso em afirmar que, no Brasil, o início da preocupação com a infância¹ situa-se no final do século XIX e no início do século XX, no marco da política higienista iniciada pelo Estado junto à medicina social. A proposta higienista estava voltada basicamente às famílias das elites e seu objetivo foi promover a sua normalização. Neste intuito, se impôs à família burguesa uma educação física, intelectual, moral e sexual inspirada nos ensinamentos médicos da época (Costa, 1979).

No entanto, no que se refere à disciplinarização² da infância pobre, não foi oferecida base eficaz de normalização. Tanto para os indivíduos que escapavam da norma como mendigos,

¹ Embora já desde o final do século XVII e início do século XVIII surjam as primeiras obras sociais marcadas pela ação da caridade, tanto da igreja como de particulares. Em 1783 foi criada a "Roda dos Expostos" cuja função é de dar abrigo e proteção às crianças abandonadas, provindas das camadas pobres da população e de mães solteiras das elites (Moura, 1993).

² A disciplina, no sentido foucaultiano, faz parte de um determinado projeto político e é um instrumento de dominação de classe. A eficácia normativa das tecnologias disciplinares está em que elas não confrontam a massa; elas agem sobre o indivíduo, fazem internalizar os controles e por meio do sujeito atingem aos grupos (Gonçalves, 1993).

loucos, vagabundos, ciganos, entre outros, quanto para a infância pobre, foram utilizados mecanismos de controle e repressão. Por permanecerem na rua e, sendo esta entendida como veículo da socialização desviante e via quase direta do crime, a opção encontrada foi então, retirá-las, recolhendo-as ao interior dos internatos (Gonçalves, 1993).

Portanto, o relativo fracasso da investida higienista no caso da infância pobre, como assinala a autora, pode ter contribuído para o aumento da política repressora que pautou as políticas do Estado.

Em síntese, desde aquela época repressão e exclusão foram os modos privilegiados de intervenção sobre os segmentos mais pobres da população, que passaram a ser identificados por sua condição de desvio e marginalidade. Neste sentido, afirma Gonçalves (1993), toma-se o abandono das crianças como sinal de desequilíbrio social, quebra da ordem, necessidade de normalização da conduta. A problemática da "criminalidade" e periculosidade da infância começa por essa via, nos discursos que enfocam a infância abandonada entregue à vadiagem e mendicância.

Segundo Rizzini e Wiik (1990) a assistência, que naquele tempo era restringida ao recolhimento e abrigo de crianças em asilos, adquire características que se fazem presentes ao longo das décadas seguintes. Entre elas:

- O Estado gradativamente assume uma função de controle sobre a assistência. Consolidam-se leis e surgem órgãos específicos destinados a lidar com o "problema", como: o Juizado de Menores em 1923, o Primeiro Código de Menores de

1927, e a Política Nacional do Bem-Estar do Menor³ em 1964, entre outros.

- A assistência provem de projetos elaborados pelas elites política, intelectual e econômica, tais como médicos, juristas, educadores e empresários preocupados com o aumento da criminalidade e da improdutividade entre os pobres, sem qualquer participação dos grupos aos quais os serviços eram destinados.

- A assistência à infância constitui-se como um conjunto de políticas, programas e projetos que tem coexistido de forma fragmentada, descontínua e com ausência de coordenação, mostrando serios problemas tais como a superposição de ações, falta de integração dos programas, o assistencialismo dos mesmos e até a baixa qualidade do atendimento.

Os autores assinalam também que estas características têm sido mantidas ao longo do tempo. É somente nos últimos anos, basicamente a partir da década de 80, que se observa o surgimento de novas tendências e práticas como os chamados Programas Alternativos. Estes iniciaram um processo de mudança no quadro de atendimento à infância e adolescência, que culminou com a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente, como se discutirá mais adiante.

³ Com o objetivo de sistematizar suas diretrizes cria-se a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e, visando sua implementação ao nível estadual, as Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor (FEBEM). As últimas foram extintas em 1975 e deram lugar para as Fundações Estaduais de Educação do Menor (FEEM) (Bogado, 1986).

1. Internação X Programas Alternativos

Na descrição do estudo feito por Rizzini e Wiik (1990) caracterizaram-se nitidamente duas diferentes propostas institucionais: os internatos e os programas alternativos. Interessa, neste estudo fazer menção a ambos, devido a desempenharem uma presença significativa nas vidas destas crianças e adolescentes.

Rizzini e Wiik (1990) apresentaram um perfil das ações que compõem a assistência social⁴ dirigida à infância pobre, no Município do Rio de Janeiro. Identificaram um universo de 502 instituições consideradas de Assistência ao Menor, também chamadas de Obras Assistenciais ou Entidades de Bem-estar Social. Entre elas, 163 instituições de assistência social, 178 creches e 141 internatos, além de uma amostra pequena de 30 programas conhecidos como alternativos, de assistência a menores nas comunidades e nas ruas.

Segundo os autores, a principal base de sustentação e sobrevivência da maioria destas instituições são os convênios, principalmente, com os órgãos oficiais. No município do Rio de Janeiro observou-se uma divisão dos órgãos responsáveis pelos convênios. Por exemplo, a Fundação Estadual de Educação do Menor (FEEM) mantinha a maior parte dos convênios com os internatos, seguida pela Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM). A internação das crianças era realizada através do Juizado de Menores.

Assim, constata-se uma forte tendência do governo, a partir da década de 60, no financiamento e participação da política de

⁴Que tem como objetivo oferecer serviços gerais de assistência, desde doações até atendimento médico, psicológico etc.

assistência ao menor. Violante (1982) afirma que a aparente valorização do social da Política Nacional do Bem-Estar do Menor, levou o Estado a substituir o enfoque correccional repressivo, que visa o menino como ameaça, pelo enfoque assistencialista que passa a percebê-lo como "carente". Deste modo, na estratégia de atendimento, a noção de periculosidade cede espaço central para a noção de privação (Moura, 1993).

Neste sentido, Violante (1982) menciona que explicitamente a FEBEM se propõe a dar abrigo, tratamento e educação ao menor socialmente marginalizado, isto é, o menor que provem de famílias pobres e socialmente "desorganizadas" e que é internado por motivos de abandono ou de conduta anti-social. No entanto, Moura (1993) assinala que, na prática, o modelo correccional-repressivo de atendimento nunca foi superado. O ciclo iniciado pela apreensão, depois a triagem, posteriormente a rotulação e, finalmente, o confinamento "do menor", começa a ser conhecido tanto pela perversidade de suas práticas como pela ineficácia de seus resultados.

Bogado (1986) menciona que geralmente foi preconizado no discurso oficial que no processo de socialização e/ou educação do menor, só em último caso se dará a substituição da família pela iniciativa oficial. Porém, constatou-se que, na prática, foi diferente. A internação foi a medida preventiva e o modelo mais comumente empregado na assistência aos menores em todo Brasil.

Pereira (1993) resumiu a evolução dos internatos no Rio de Janeiro, colocando que antes do período de 1940, a maioria das instituições existentes eram internatos. Posteriormente, nas décadas de 40 e 50, o predomínio foi de entidades de assistência social, mas aparecem também os internatos. Na década de 60, não

houve a predominância de um tipo específico de atendimento. Na década do 70 os internatos voltaram a surgir com força e foram decaindo no transcurso dos anos 80.

Diversos estudos têm-se realizado analisando o funcionamento dos orfanatos que atendem às crianças denominadas carentes ou abandonadas, assim como sobre suas conseqüências negativas no desenvolvimento infantil. Altoé (1990) realizou uma pesquisa em sete internatos do Rio de Janeiro e mostra como estes têm uma estrutura semelhante à de uma instituição total, assim definida por Goffman:

"Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada" (Goffman, 1974, p.11)⁵

A instituição total é de tal forma reguladora que penetra a vida das crianças e adolescentes em vários níveis. Assim, tudo neste modelo de instituição é controlado: o tempo, a movimentação e a distribuição das pessoas no espaço, a postura corporal etc. A falta de liberdade, de privacidade e a necessidade de se submeter a regras impostas, fazem com que tudo nessas instituições seja encarado como punitivo, podendo ir das proibições até os castigos de diferentes tipos (Gonçalves, 1993).

Rizzini e Wiik (1990) afirmam que não obstante, a consciência já existente na década de 70 sobre a ineficiência do atendimento nos internatos, assim como o elevado capital necessário para mantê-los, a internação continuou sendo utilizada até o início dos anos 80. A partir daí podem-se detectar mudanças mais significativas no atendimento, decorrentes da

⁵In: Altoé, S. Infâncias perdidas: O Cotidiano nos Internatos Prisão. Rio de Janeiro, Xenon, (1990).

intensificação dos movimentos contra a internação, e da criação de Projetos Alternativos nas próprias comunidades e nas ruas onde se encontravam as crianças. Desta forma, na década de 80 tornou-se inconcebível a fundação de novos internatos.

Em relação aos movimentos de defesa das crianças e adolescentes⁶, interessa mencionar que em 1984 toma forma o movimento que ficou conhecido como "Projetos Alternativos de Atendimento aos Meninos de Rua". Após criaram-se grupos nos diferentes estados, que passaram a constituir as Comissões Estaduais de Atendimento aos Meninos e Meninas de Rua. Essas comissões espalharam-se e integraram-se por quase todo o país, estabelecendo em 1985 o "Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua" (MNMMR) que destaca-se pela sua identidade política, e importante atuação na luta pela defesa na ampliação legal dos direitos das crianças e adolescentes marginalizados no país⁷.

Quanto ao termo alternativo, Rizzini e Wiik (1990) o entendem no duplo sentido que apresenta:

- Como uma ação que constitui uma opção diferente às práticas mais tradicionais de assistência ao menor, principalmente a internação;
- Como um termo que ficou associado à ação junto ao menor que se encontra nas ruas, tanto aquele que trabalha nas ruas, quanto aquele que habita nelas.

Os projetos alternativos, são viabilizados prioritariamente pelas denominadas ONGs (Organizações Não Governamentais) e, têm como principal fonte de recursos as fundações estrangeiras e/ou entidades privadas.

⁶Vide: Heringer, R. Movimentos de Defesa da Criança e do Adolescente no Brasil. In: Pereira, A. et. alii. (org.) Os Impasses da Cidadania. Infância e Adolescência no Brasil. Rio de Janeiro, IEASE, 1992.

⁷Outro exemplo é o Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado em março de 1988.

A partir dos 80, com a proliferação desses projetos e o conseqüente reconhecimento dos mesmos como alternativos pelos próprios órgãos oficiais, muitos passaram a ser financiados pelas grandes instituições do governo que tradicionalmente prestavam assistência ao menor. Isto causa uma dependência e subordinação que põe em risco a sua existência enquanto propostas alternativas (Rizzini e Wiik, 1990). Exemplo disso foi a instituição alvo desta pesquisa, caso que será discutido no próximo capítulo.

Uma pesquisa posterior foi realizada por Valladares e Impelizeri (1991) sobre o trabalho das ONGs no Rio de Janeiro. Este trabalho aponta principalmente o resgate da ação não governamental, sobretudo no que diz respeito ao atendimento das crianças de rua. Depois de fazer um levantamento de projetos e instituições que atendem às crianças e adolescentes pobres, constatou-se que existem 619 ONGs no estado do Rio de Janeiro, das quais 39 dedicam-se especialmente à crianças de rua. Todas iniciaram seu trabalho a partir de meados dos anos 80. Estas ações sociais são impulsionadas tanto por grupos leigos quanto religiosos, tais como católicos, protestantes e espíritas.

Em relação ao tipo de atendimento que é oferecido, as autoras encontraram desde as formas tradicionais de atendimento institucional, como internatos e entidades de assistência social, até as denominadas propostas alternativas, tais como abrigos em regime aberto, oficinas de treinamento profissionalizante, projetos de educação alternativa, centros de defesa de direitos, entre outros.

Com respeito a estas novas formas de atendimento, é importante assinalar que incluem metodologias próprias, assim como um novo tipo de profissionais: os educadores sociais e

educadores de rua. Rizzini e Wiik (1990) encontram basicamente duas formas de programas alternativos: 1) os que trabalham nas casas de atendimento de regime aberto; 2) os que utilizam educadores de rua que promovem com certa regularidade diferentes atividades em espaços públicos, basicamente recreação e artes acopiadas ao trabalho de conscientização.

Na análise destes autores, o que marca a eficácia destas intervenções resume-se nos seguintes pontos: o reconhecimento da importância do atendimento junto à família e à comunidade, a valorização do próprio ponto de vista da criança, o que possibilita compreendê-la como sujeito e não somente como objeto de ação e, principalmente, a implementação do trabalho no próprio ambiente onde se encontram as crianças, isto é, na rua.

Quanto à distribuição de tais iniciativas na área metropolitana, Valladares e Impelizeri (1991) mostram que encontram-se aglomeradas no centro da cidade e adjacências, contando com a presença de mais da metade das 39 instituições. Então, não é de surpreender o fato que várias instituições atendam ao mesmo grupo de meninos. Alguns estudos (Rizzini e Wiik, 1990; Rocha, 1992, entre outros) já mencionam esta duplicidade de ações e concordam em afirmar que cada criança de rua recebe ou frequenta pelo menos duas instituições de atendimento. Este fato também foi registrado com as meninas e adolescentes que participaram desta pesquisa.

Adicionalmente, Valladares e Impelizeri (1990) mencionam que no conjunto das 39 instituições e projetos que trabalham especificamente com a criança adolescente de rua, distinguem-se três sub-conjuntos: as instituições denominadas "guarda chuva" (cuja função é de articulação e coordenação); os projetos

"guarda-chuvas" (sob assessoria e apoio) e as instituições independentes.

Apesar destas instituições apresentarem uma vinculação e cooperação interna, concorda-se com a análise feita na maioria dos estudos, que indicam a falta de integração ao nível inter-institucional e dos projetos. Embora existam esforços para modificar esta situação⁸, ainda pode-se observar um trabalho espalhado, disperso e isolado, que as vezes ignora o que é feito além da sua própria área de ação.

Não obstante as falhas observadas ao nível do planejamento do atendimento das ONGs, não se pode desconhecer as inovações trazidas por estes projetos alternativos, que resultaram num conjunto de críticas às políticas anteriores de assistência ao menor.

Assim, Rizzini e Wiik (1990), Valladares e Impelizeri (1991) e Gonçalves (1993), entre outros, relatam que nos anos 80, sob efeito destas críticas ao sistema até então vigente, assiste-se ao início da extinção do modelo assistencial-repressivo no tratamento da infância pobre. Um grande número de organizações não governamentais, movimentos e grupos da sociedade civil e do governo -baseados em princípios internacionais que propugnam a humanização do tratamento destinado à infância- conseguiram desenvolver uma ação conjunta que resultou na aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente em junho de 1990.

⁸ Como a recente formação da Rede Pró-Meninas, cujo objetivo é lograr uma articulação entre ONGs para o intercâmbio de ações comuns junto às meninas.

2. O Código do Menor x O Estatuto da Criança e do Adolescente.

Interessa destacar-se aqui como a mudança do antigo Código para o Estatuto vigente, trouxe como conseqüências modificações importantes tanto nos modos de se conceber os problemas que afligem à infância brasileira, quanto nas formas de lidar com eles.

A categoria "menor" não tem um uso inocente mas profundamente político. Assim, observa-se que a infância brasileira foi dividida em "crianças", aquelas que pertencem ao padrão de família burguesa e, de outro lado, converteram-se em "menores" aquelas crianças abandonadas por suas famílias ou as que o estado não conseguiu disciplinar.

O termo menor é produto de estigma mesmo nos Códigos que consolidaram as leis sobre a assistência e proteção de menores. Assim, o Primeiro Código de Menores de 1927 tinha como alvo o controle jurídico do menor de qualquer sexo, abandonado ou infrator, com menos de 18 anos de idade. O código diferencia dois tipos de menores: os abandonados e os delinquentes. legitimando essas duas variantes possíveis no universo da pobreza (Altoé, 1990).

O Novo Código de Menores de 1979 propunha a eliminação de tais expressões, substituindo-as por "menor em situação irregular" (Violante, 1982). O seu novo paradigma, a doutrina da situação irregular, exercia-se sobre o menor que se encontrava em condições chamadas de patologia ou marginalidade social, entendidas como produto da pobreza e defendia nesses casos a

aplicação de medidas preventivas do abandono e da delinquência (Gonçalves, 1990).

Neste sentido, Arantes (1991) entende que:

"Ao definir a pobreza da criança como situação de irregularidade, o Código de Menores remetia esta irregularidade à família desestruturada, produzindo assim, ocultamento das condições concretas de vida da criança, da mesma forma, que o poder técnico especializado, ao tomar a categoria jurídica de irregularidade como natureza dando-lhe um conteúdo médico-psicológico-cultural, ou seja, uma identidade, uma substância, uma psicologia possibilitou que se justificasse a internação da criança não como pena-castigo mas como pena-tratamento, pena-terapia, pena-ressocialização" (Arantes, E., Jornal da FUC/RJ, 2, dezembro, 1991).

Como bem assinala Violante (1982), de modo aparentemente contraditório, o próprio sistema que produz as condições marginais de sobrevivência, cria, ao mesmo tempo, entidades fechadas que idealmente deveriam promover a reintegração de suas vítimas. Mas segundo a autora, só conseguem reproduzir sua marginalidade. Ao ser internado, o menor não só recebe um *status* jurídico, social e civil, mas uma identidade e uma carreira a ser cumprida, a do menor institucionalizado. Assim, um sistema que em tese era protetor e tutelar, na prática se transformou extremamente repressivo, punitivo e opressor.

Por outro lado, o Estatuto da Criança e do Adolescente que vigora desde 1989 tem como novo paradigma a "doutrina da proteção integral". Esta, toma como referência basicamente a Declaração Universal dos Direitos da Criança e declara que a lei deve tratar, não apenas de uma parte das crianças enquadradas na chamada situação irregular, mas de toda a infância e juventude.

Portanto, anula a distinção entre a categoria social "menor" (penalizada por sua pobreza) e a de criança. Com efeito, o propósito é considerar as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e não somente como objetos de medidas judiciais.

Isto é importante, porque implica uma transformação e reordenamento nas práticas de atendimento. Agora, a criança e o adolescente são considerados pessoas em desenvolvimento que devem receber proteção especial da família, da sociedade e do Estado (Gonçalves, 1993).

Neste sentido, o Estatuto coloca um desafio maior do que o Código, pois não só visa a ação jurídica (a punição do delito) mas trata da ação social. Ao tratar dos direitos das crianças, traz um horizonte novo, a recuperação da sua cidadania.

Depois da mudança legal, o desafio continua sendo encontrar os caminhos para efetivar esta mudança na prática. Uma vez que a maioria das instituições que foram detalhadas anteriormente atuam nos efeitos e não sobre as causas do problema social, os resultados obtidos por estas, infelizmente, são quase sempre parciais e provisórios. Considera-se indispensável continuar o trabalho pela implementação de políticas sociais básicas em habitação, educação, trabalho e saúde, que atinjam, em particular, a população mais pobre. Embora não sejam os seus propositos iniciais, as Instituições e Programas de Atendimento tentam preencher a lacuna do governo na ausência de políticas públicas efetivas nos setores mencionados. Assim, parece adequado que as instituições não governamentais e governamentais articulem seus esforços com o poder público estadual e municipal, para um melhor atendimento e aproveitamento dos seus recursos.

CAPÍTULO III

A PESQUISA DE CAMPO

1. Metodologia

A presente pesquisa é de tipo qualitativo. Segundo Minayo (1993), esta preocupa-se menos com a generalização e mais com o aprofundamento e a abrangência da compreensão, tanto de um grupo social, de uma instituição, quanto de uma política ou de uma representação. Neste sentido, este trabalho pretende uma compreensão particular do fenômeno estudado e não a generalização dos resultados.

O nosso objetivo é estudar a vivência particular da construção das normas de um grupo de meninas-adolescentes, no âmbito de uma instituição de atendimento para meninas de rua, no estado do Rio de Janeiro.

Segundo Martins e Bicudo (1989), a pesquisa qualitativa é considerada basicamente descritiva, sendo que estas descrições são tratadas interpretativamente. Os autores mencionam que a interpretação é compreendida como a elucidação dos sentidos e significados das palavras, das sentenças e dos textos.

Nesta perspectiva, a partir das observações da experiência vivida na instituição, assim como dos depoimentos (os discursos dessa experiência), tanto das meninas e adolescentes como dos funcionários, procura-se explorar e aprofundar esta problemática. A análise será feita do fenômeno como um todo, isto é, tomando em

consideração o contexto sócio-cultural específico destas meninas, assim como suas histórias de vida e da própria instituição, sede da pesquisa.

Segundo Minayo (1993), os procedimentos metodológicos da pesquisa compreendem as seguintes etapas: exploração inicial, trabalho de campo e análise do material. Cabe assinalar que estas etapas não foram consideradas fechadas em sua seqüência, pois, ao longo do trabalho, os procedimentos se interpenetram, complementando-se. No entanto, estas se apresentam nessa ordem para facilitar sua interpretação.

A fase inicial, também chamada de exploração de campo, realizou-se desde agosto até dezembro de 1992, consistindo na procura do espaço institucional onde se realizaria a pesquisa. Deste modo, visitaram-se três instituições de atendimento à meninos e meninas de rua: duas ONGs e uma instituição a cargo da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro.

A primeira ONG constituiu-se em uma Casa-dia/Casa-lar pertencente ao projeto Meninos de Rua Zona Sul. Embora houvesse uma boa receptividade à pesquisa por parte da coordenação, não optou-se pela instituição uma vez que sua clientela era constituída basicamente por meninos. Na época em que se realizou a visita só tinham duas meninas que residiam na Casa-Lar, ambas com filhos recém-nascidos.

A segunda instituição era coordenada pela Prefeitura e prestava atendimento para meninos e meninas de rua, localizando-se num bairro da zona norte. A época em que foi realizada a visita foi após as eleições municipais, era dia de reunião da equipe de educadores com a coordenação e sentia-se um clima tenso na instituição. Devido ao contexto de incerteza sobre o rumo

futuro da instituição, pela conseqüente mudança de prefeito, preferiu-se procurar outro espaço para a realização da pesquisa.

A terceira instituição visitada foi uma ONG com sede no centro da cidade. Caracteriza-se por ser uma entidade de regime aberto, que presta assistência em duas linhas: uma emergencial, destinada aos meninos e meninas de rua e outra preventiva, na comunidade. Depois de falar com duas psicólogas e um assistente social da instituição, foram iniciadas as observações no pátio da instituição, preferencialmente no horário próximo ao da refeição do meio dia. Nesta etapa, que teve uma duração de três semanas, pretendia-se a familiaridade com as rotinas de funcionamento da instituição e, principalmente, com sua clientela. Na época, tivemos a oportunidade de observar a difícil relação que enfrentam em geral estas instituições com a vizinhança. Neste caso, observou-se principalmente o enfrentamento com os proprietários de lojas comerciais que queixaram-se dos contínuos furtos e roubos cometidos por alguns meninos, alegando que pertenciam à dita instituição. Nesses dias foi reforçada a segurança na área pela polícia e, também, realizou-se uma passeata com os meninos e meninas da instituição, os quais elaboraram e desenharam os cartazes. Quando pretendia-se iniciar uma maior aproximação com as meninas, participando como observadora de um dos cursos oferecidos pela instituição, fomos impedidos pela coordenação que só aprovou a continuação do trabalho no âmbito do pátio do estabelecimento. Esta restrição à pesquisa e o conhecimento de um novo projeto de atendimento só para meninas de rua, determinou o abandono do trabalho nesta ONG.

No mês de dezembro, foram iniciados os contatos com a instituição onde finalmente realizou-se a pesquisa. Seguindo o

modelo fornecido pela coordenadora, entregou-se por escrito os objetivos e a metodologia da investigação. Nesta época, na instituição estavam-se concluindo os trabalhos feitos pelas meninas nas oficinas e preparavam-se diferentes eventos e exposições, para serem apresentados ao público. Optou-se então, por dar início ao trabalho depois de terminadas as festas de natal e de final do ano.

Cabe mencionar que esta etapa inicial ou de exploração foi importante porque proporcionou uma experiência de contato com os meninos e meninas de rua, assim como das diversas dificuldades apresentadas no cotidiano das entidades que propõem-se a trabalhar com essa parcela da população. Metodologicamente, serviu para a melhor delimitação do problema, definição dos objetivos e, principalmente, para a configuração dos procedimentos da pesquisa, tanto para o estabelecimento dos critérios da observação participante, quanto para definir os roteiros das entrevistas.

A fase de trabalho de campo iniciou-se, formalmente, depois da aceitação da realização da pesquisa por parte da coordenação. Tive uma duração de oito meses, entre janeiro e agosto de 1993.

Inicialmente, fui apresentada a alguns funcionários e as meninas que se encontravam naquele dia na instituição. Fui convidada a participar das reuniões da equipe de trabalho, realizadas semanalmente na própria entidade e também, de um curso que se iniciaria em março, no Centro Unificado de Ensino e Pesquisa da UERJ, dirigido aos técnicos que trabalhavam com meninos e meninas de rua. Infelizmente, no decorrer da pesquisa, só foi possível nossa participação no curso fornecido naquela

universidade, pois nas reuniões da equipe de trabalho não foi facilitado o acesso.

Segundo Minayo (1993), na pesquisa qualitativa entende-se por campo, o recorte espacial que corresponde a abrangência, em termos empíricos, do recorte teórico correspondente ao objeto de investigação. Neste contexto, faz parte do campo a relação de intersubjetividade dos sujeitos com o pesquisador; segundo a autora, considera-se que o envolvimento do pesquisador é parte integrante da pesquisa. Assim, as situações de interação na qual as observações são obtidas podem ser profundamente afetadas pela natureza das relações do pesquisador e do grupo estudado. Neste sentido, tanto as dissimetrias nas posições do entrevistador/entrevistado, quanto suas implicações sócio-culturais-ideológicas, têm que ser compreendidas e assumidas, colocadas e interpretadas criticamente. Estas considerações são importantes para uma melhor compreensão do tipo de relacionamento que foi se estabelecendo com as meninas que participaram da pesquisa.

A pesquisa baseia-se na observação participante como meio de aproximação e como recurso para compartilhar as experiências do cotidiano destas meninas. Este método permite ao pesquisador estabelecer relações comunicativas, com as pessoas ou grupos que tomam parte do estudo, no seu próprio ambiente (Thiollent, 1986). De início foi preciso ficar muitas horas, aproximadamente oito nos dias de sábado e, nos outros dias da semana, aproximadamente três horas na parte da tarde. Foi escolhido, preferencialmente, realizar as observações nos dias de sábado porque no final da semana as meninas ficavam à vontade para dispor do seu tempo. Nesse dia, elas não tinham nenhuma atividade proposta pela

instituição, sendo que os cursos e oficinas laborativas aconteciam de segunda a sexta feira.

As observações abrangiam as situações constituintes da rotina das meninas, nos diferentes espaços da instituição, tais como o refeitório, o pátio, a sala onde assistiam televisão etc. Estas foram registradas no diário de campo, que contem descrições das situações concretas e as observações sobre conversas informais, que fossem relevantes para ao tema da pesquisa.

Através de nossos encontros e conseqüente participação em seu cotidiano, foram vencidas as dificuldades iniciais no contato com as meninas, sendo estabelecida paulatinamente uma relação de confiança que possibilitou, a partir do mês de maio, a realização das entrevistas. O objetivo destas foi aprofundar no seu ponto de vista sobre alguns temas e também fazer um perfil do grupo estudado, já que a instituição proporcionou de maneira insuficiente e incompleta, em muitos casos, os dados pessoais referentes a idade, escolaridade e situação familiar

Não conseguindo um lugar próprio para realizar as entrevistas, elas foram feitas nos diversos locais da instituição, dependendo de sua disponibilidade e das meninas. Usou-se o gravador na maioria das vezes e quando isto não foi possível, logo após a entrevista procedia-se ao registro dos dados.

Com respeito a minha identidade como pesquisadora, embora na apresentação inicial feita pela coordenadora e nas sucessivas feitas pelos outros técnicos, sempre tenha sido colocado o propósito das minhas visitas (o de realizar a pesquisa), a maioria das meninas acreditou, por algum tempo, que eu era funcionária da

instituição¹. Isto ficou evidente quando, depois de quatro meses de iniciada a entrada em campo, por motivos de saúde não compareci durante três semanas. As meninas reclamaram da minha ausência; algumas acharam que "larguei o trabalho"; só duas falaram: "vocês não estão sabendo que a tia não é técnica?" e, finalmente, falaram: "ela vem por causa que gosta da gente". Tinha-se então estabelecido um vínculo, que acreditamos foi fundamental para obter sua cooperação na pesquisa, e iniciar de forma mais sistemática as entrevistas com estas meninas e adolescentes.

Considera-se importante colocar que o fato da pesquisadora não pertencer à instituição e, principalmente, o de ser estrangeira, não dificultou (como poder-se-ia esperar) o estabelecimento de um bom relacionamento com elas. Nas primeiras visitas, meu sotaque causava-lhes interesse, e pediam constantemente para que falasse. Relato a seguir um desses encontros na fala das meninas.

"Você não é daqui né? Você é gringa². Você é dá onde? Você mora onde? Fala à tua maneira tia, fala do teu jeito" (pedem para eu falar em espanhol e comparam com a fala de uma personagem "argentina" na novela "Deus nos acuda"). Comentam: "igual que a Maria", a menina C diz: "eu entendo tudo". Também falam: "no Perú, na Bolívia é da onde vêm a boa, né tia?" (fazem um gesto para referir-se à droga). As outras meninas falam "Perú aonde fica isso?" (riem) "nome esquisito..."

A menina R. comenta em outra oportunidade, que no "Encontro Internacional de Meninos e Meninas de Rua, acontecido o ano

¹ Algumas meninas até expressaram sua desconfiança mencionando que a pesquisadora podia ser uma "espiã" enviada pela coordenadora da instituição.

² A percepção inicial do estrangeiro é generalizante: "você não é brasileira né, aí você é gringa tia". O imaginário das meninas em relação ao estrangeiro é idealizado: "você é rica", "lá é melhor, né", "na Bolívia a droga é liberada", "a feira de Acari (o "roubadouro") tem de tudo televisão, esse negócio... do computador... é o Paraguai mesmo". Interessa destacar que as atividades, como a venda de droga ou de produtos roubados são percebidas, por elas, como permitidas nos outros países.

passado, conheceu um garoto do Perú e outras também comentaram que conheceram "tias" em outras entidades de atendimento" que falavam igual que a senhora".

Com respeito ao modo de me referir a elas, sempre utilizei seu nome e não como elas costumavam utilizar seus apelidos. Embora eu no início tenha pedido para que me chamassem só pelo meu nome e não de "tia", sempre me denominaram assim, como faziam com todos os outros técnicos da instituição e, depois, fiquei mais conhecida como a "tia peruana".

A seguir, passamos a apresentar à instituição onde se realizou a pesquisa, a descrição dos sujeitos alvos do estudo e dos profissionais envolvidos no atendimento e, finalmente, sua relação com o grupo de meninas e adolescentes.

2. A Instituição: O Espaço da Pesquisa

A instituição de atendimento, espaço onde foi realizada a pesquisa, foi criada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro em maio de 1992, sendo sua finalidade principal dar atendimento à meninas de rua.

2.1. Objetivos e História da Instituição

Com base nos documentos fornecidos pela primeira coordenação da instituição, podem-se destacar os seguintes objetivos básicos:

- Resgatar a cidadania, o que implicava tornar as meninas e adolescentes cidadãs livres e, como tais, titulares de direitos e dos deveres correspondentes:

- Proporcionar alojamento às meninas até a idade máxima de 13 anos;
- Oferecer atividades de lazer e cursos profissionalizantes, visando a possibilidade de geração de emprego e renda;
- Dar assistência nos problemas relativos à saúde, educação, família, direito, entre outros;
- Estimular a matrícula e a frequência nas escolas da comunidade.

Embora a instituição fosse considerada como um projeto pioneiro da iniciativa governamental, diversos problemas fizeram interromper sua linha inicial de trabalho.

Uma conjunção de forças, que envolveu interesses pessoais e disputas pelo poder (não sempre bem explicitados), produz a primeira crise institucional em março de 1993. Assim, no contexto do agravamento do estado de saúde da idealizadora da instituição, aconteceu a renúncia da primeira coordenadora.

A partir da gestão da segunda coordenação houve uma mudança nos rumos iniciais da instituição que, entre outros fatores, trouxe como consequência a desativação gradual das atividades e oficinas laborativas.

No mês de agosto de 1993, é nomeada uma nova coordenação, a qual suspende o acesso e a continuidade da pesquisa. Posteriormente, a instituição foi assumida pela FEEM em novembro. Num processo que se fez público através dos jornais³, a instituição foi desativada e fechou oficialmente em janeiro de 1994.

³ Como: "Jornal do Brasil", 22/1/94 e "O Globo", 20/1/94 entre outros.

2.2. Organização e Rotinas de Funcionamento

O funcionamento da instituição constava de dois núcleos:

- 1) O Núcleo Central que funcionava todos os dias em regime de plantão aberto, destinado a oferecer alimentação e alojamento.
- 2) O Núcleo de Lazer, recreação e atividades diversificadas, com horários de funcionamento de 08:00 às 18:00 hs. de segundas às sextas feiras.

Ambos os núcleos ou unidades de atendimento foram construídos e implementados pelo Governo do Estado em terrenos de sua propriedade, tendo a característica de situarem-se perto da estação do metrô do bairro onde pertenciam: o Núcleo Central na zona norte e o Núcleo de Atividades na zona sul da cidade do Rio de Janeiro.

A instituição reconhece que, embora o Núcleo Central não pretendesse constituir-se necessariamente numa casa de permanência, este fato veio a acontecer. Confirmou-se que a maioria das meninas considera esta a sua referência residencial. Quanto o Núcleo das Atividades, foi freqüentado, além das meninas que pertenciam ao Núcleo Central, pelas meninas das comunidades vizinhas.

Com base na documentação obtida e no registro das observações feito na pesquisa de campo, descreve-se a programação das atividades.

Rotinas de Funcionamento.

Horários da Unidade das Atividades:

- 08:30 horas em diante: Ingresso das meninas
- 12:00 horas até as 13:00 horas: Almoço
- 13:30 horas: Reinício das atividades
- 15:00 horas: Intervalo para o lanche
- 17:00 horas: Saída das meninas.

A partir das 08:30, as meninas pertencentes à unidade central, as meninas das comunidades vizinhas ou as provenientes de outros projetos, tinham diversas atividades e/ou oficinas, que foram oferecidas pela instituição até dezembro de 1993. Estas incluíam balé, esportes, tecelagem, tapeçaria, costura, bijuteria, reforço escolar e outras.

Quando iniciou-se o trabalho de campo, estas atividades funcionaram parcialmente de janeiro à março. Nesta época, as meninas preenchiam seu cotidiano basicamente assistindo televisão na Unidades Central e nas atividades da colônia de férias que foi oferecida para elas. No mês de março, a instituição pretendia reestruturar as oficinas (face a necessidade delas atuarem como fonte geradora de renda) com o objetivo de que evoluíssem para um trabalho cooperativo que compreenderia duas fases: aprendizado e produção. Isto não foi possível de ser concretizado, entre outros motivos, pelas mudanças na coordenação já explicitadas anteriormente. Posteriormente, de março até agosto observou-se um progressivo desmantelamento destas atividades.

Horários da Unidade Central:

Os horários na instituição estavam vinculados às atividades seguintes:

DESPERTAR: O critério inicial era que as meninas acordassem às 07:00 horas, mas isso foi alterado e existiu uma flexibilidade no horário de despertar. O motivo, entre outros, foi a dificuldade de lidar com o hábito criado nas ruas de dormir principalmente de dia. Nos dias de sábado, a maioria delas acordava na hora do almoço, aproximadamente 1:00 da tarde.

HIGIENE: Os hábitos de higiene eram realizados em função da vontade da menina.

ARRUMAÇÃO: Embora as meninas fossem orientadas no sentido de arrumarem seus quartos e fazerem a faxina geral de seus aposentos, na prática isso não aconteceu. A instituição mantinha duas empregadas para realizar o trabalho de limpeza do local.

SAIDA E PERMANÊNCIA PARA A UNIDADE DAS ATIVIDADES. As meninas que estavam inscritas nos cursos são orientadas a irem ao Núcleo de Atividades, que funcionava de segunda a sexta feira. Algumas meninas permaneciam na casa, assistindo televisão, outras, como as que tinham bebês recém-nascidos, ficavam para atendê-los.

RETORNO: Aproximadamente as 17:00 horas as meninas começavam a retornar à Casa. Geralmente, a maioria delas ficava assistindo televisão até a hora de dormir.

DORMIR: O horário de dormir dependia da escolha de cada menina

ASSEMBLÉIAS. Toda terça feira de manhã era feita uma assembléia geral com as meninas e técnicos para se discutirem os fatos da casa. Também ocorriam assembléias fora do horário previsto, sobretudo quando acontecia algum problema na instituição. Basicamente, algumas destas reuniões emergenciais foram as que se registraram na pesquisa de campo.

VISITAS: Nos dias de sábado, no horário das 16:00 às 18:00 horas as meninas podiam receber visitas na casa. No tempo em que se realizou a pesquisa, só se observou a visita dos familiares de duas meninas. As visitas dos namorados e amigos foram interrompidas em março de 1993.

3. Perfil do Universo da Pesquisa: As Meninas

O número de meninas atendidas no Núcleo Central, correspondia, em média, à capacidade ideal de 20 meninas/dia. Apesar da rotatividade e mobilidade que caracteriza esta população, observou-se que este número apresentou só pequenas variações para mais ou para menos. Identificou-se um grupo de 18 meninas que permaneceram na instituição quase todo o tempo em que se realizou a pesquisa. Foi basicamente com este grupo que foram realizadas as observações e as entrevistas.

Com respeito à faixa etária destas meninas, recolheram-se os seguintes dados: nove, ou seja mais da metade, encontravam-se entre os 15 e os 17 anos de idade; seis entre os 10 e 14; duas com 16 anos e só uma menina com menos de 10 anos.

Quanto ao nível de escolaridade das meninas, treze, ou seja a maioria, encontrava-se entre a primeira e segunda série.

Quatro meninas tinham cursado da terceira até a quinta série e, uma estava matriculada na sexta série. Cabe assinalar que, embora as meninas fossem matriculadas na escola, observou-se que somente uma assistia as aulas regularmente até desligar-se da instituição.

Todas as meninas tinham diversas experiências institucionais, desde os internatos, nos moldes da extinta FUNABEM, até as instituições denominadas por Rizzini e Wiik (1990) de alternativas, ou seja, os programas de atendimento para meninas de rua. A maioria tinha recebido atendimento em diversas ONGs e Projetos para meninos de rua na cidade do Rio de Janeiro, principalmente em dois instituições vinculadas à igreja: uma estava localizada no centro da cidade e oferecia refeições, a outra, na zona sul, que lhes proporcionava também abrigo.

Com relação aos dados familiares, constatou-se que evidenciam uma problemática comum: a extrema pobreza combinada com a ausência de um dos progenitores. Na maioria das famílias de origem destas crianças e adolescentes entrevistadas, os pais são separados e, coincidentemente com os dados de outras pesquisas, a maioria destas famílias se reestruturam em torno de um dos cônjuges, geralmente junto a novos companheiros e eventuais novos filhos. Observou-se que as uniões que se estabelecem são livres e consensuais, aparentemente pouco duradouras. Como assinala Rocha (1993) apresentam-se dois tipos de estruturas familiares: uma denominada multipolar, com vários centros de força e significação, como a presença dos pais, avós, madrinhãs ou tias. A outra, denominada unipolar que centra-se basicamente na figura materna ou paterna.

A modo de exemplificar o perfil do grupo pesquisado, apresenta-se, a seguir, o resumo de algumas das histórias destas meninas¹, compostas a partir de seus depoimentos

1ª História

O pai desta menina morreu quando ela tinha 13 anos. Como meio de sobrevivência familiar a mãe era vendedora ambulante e a obrigava a vender doces no centro da cidade. Ela menciona que a mãe a espancava utilizando "ferro quente, faca e gilete", quando ela não queria ir vender os doces ou quando não trazia dinheiro suficiente para a casa. A partir de então, começou a ficar mais tempo na rua, "até tarde a noite, ia e voltava para casa até que fiquei de vez". Lembra que, primeiro, perambuiu em bairros da zona sul, onde "tomava banho, e arrumava comida no restaurante", depois, em bairros da zona norte da cidade.

Atualmente não mantém nenhum contato com sua família, devido ao fato do padrasto ter tentado abusar dela, não quer saber da sua mãe porque ela não acreditou no ocorrido. Revoltada, afirma: "ela ficou do lado dele". Ingressou na instituição aos 14 anos, encontrando-se grávida de 7 meses. Ela não tem nenhum vínculo com o pai da criança. Desde a época da gravidez cheirava cola na rua, "para esquecer a fome". Seu filho nasceu com problemas de saúde, sendo internado em várias ocasiões e morreu em julho do ano passado.

¹ Afim de preservar sua identidade não foram utilizados os nomes destas meninas e adolescentes.

2ª História

Esta história refere-se a duas irmãs. Aqui, é a violência familiar e não a situação de pobreza que aparece como a matriz da saída delas para a rua. A história familiar é retratada através das desavenças entre o pai e a mãe, e das brigas entre o pai e a filha mais velha. Esta comenta sobre sua família: "Era muita confusão, ele batia muito em mim... é ruim". Quando lhe pergunto quem batia nela, responde: "meu padra... não meu pai mesmo". Esse pai violento, que ela até quis nomear como "padra", teria motivado sua saída para a rua junto com a irmã caçula. Inicialmente, perambulavam: "ficamos na rua até tarde da noite" e, depois de sucessivas idas e vindas, passando alguns tempos na casa da família e outros na rua, ambas decidem ficar na rua, onde permanecem durante três anos até ingressar à presente instituição. Na rua, estas duas irmãs juntaram-se a um grupo de meninas mais velhas, que também pertenceram à instituição da pesquisa, com as quais continuaram mantendo relação de "mãe e filhas de rua". A maioria do tempo que passaram nas ruas foi em bairros da zona sul e norte, onde foram atendidas por diversas ONGs, tanto laicas como vinculadas à igreja católica. Na época em que se realizou a pesquisa tinham 15 e 13 anos respectivamente.

3ª História

Esta história exemplifica a perda de laços familiares pela internação desde a infância, em diversas instituições fechadas, não tendo mantido relação com sua família. Ao perguntar pelo pai, respondeu: "não esquento com ele não... não me importo tia".

Faz 5 anos que não tem contato com sua mãe, desde que fugiu do internato quando tinha 13 anos e foi para a rua. Tem 8 irmãs, sendo que algumas delas ficaram por uns tempos na rua com ela. Afirma desconhecer o endereço da família, motivo que a impede de comunicar-se com seus parentes, deixando esse encontro ao acaso. Ela diz: "Quando tava na rua via elas (duas irmãs), agora quando caminho pela rua, às vezes, penso assim... que a gente vai se encontrar... demora pra isso acontecer, tia!"

Desde a infância até os 13 anos, ficou em diferentes internatos. "Estudei em 8 escolas, tia, escolas boas, eu estudava de tudo...". Comenta que, ao ser transferida por motivos de idade para uma outra instituição, fugiu porque "não gostei de lá, nem das garotas". Inicialmente, tentou voltar para a instituição anterior, mas não conseguiu e foi conduzida para uma Casa de Triagem. Segundo a menina "ai você fica só por uns tempos, até que o juiz decide se você vai pra casa, pra escola...". Cabe assinalar que, até esta época esta menina mantinha contato com sua família, (recebia no internato a visita da mãe nos finais de semana). Ela afirma que na Casa de Triagem conheceu "garotas diferentes" das que conviveu nos internatos "tinha menina de rua, menina de tudo...". Foi com elas que foi para a rua.

Esta menina ficou morando na rua 4 anos, principalmente num bairro da zona sul ("só não gostava do posto 2"), e por alguns tempos num outro bairro da zona norte (na praça principal), onde participou de dois programas destinados a meninas de rua. Quando se iniciou a pesquisa, ela tinha 17 anos e estava grávida pela primeira vez. Seu filho nasceu no final de 1993, e mantinha relacionamento com seu namorado, pai da criança.

4. Os Funcionários

Cada núcleo contava com uma equipe que trabalhava em regime multiprofissional, num total de aproximadamente 30 funcionários. Além dos professores das oficinas laborativas, não existia na instituição uma definição do trabalho e do papel dos técnicos em função da sua formação profissional, seja assistente social, ou professor, terapeuta ocupacional, psicólogo, etc. Assim, a atividade dos técnicos (principalmente mulheres) constituía-se fundamentalmente no acompanhamento das rotinas do dia-a-dia e da resolução dos problemas que se apresentassem no cotidiano das meninas.

Interessa mencionar que, devido ao clima de incerteza e tensão reinante na instituição, as entrevistas com alguns dos técnicos foram realizadas após o fechamento da instituição. Nestas, pretendia-se aprofundar nas suas concepções sobre o tema das normas da instituição e, particularmente, suas percepções sobre as meninas.

Uma característica importante sobre esta equipe foi comentada pelos próprios técnicos. Todas as pessoas que trabalhavam tinham que pertencer ao quadro de empregados do Estado, ou seja, eram funcionários públicos que, depois de convocatória informal (geralmente por amizade), voluntariamente concordavam em participar do projeto. Este requisito limitou a quantidade e a qualidade dos profissionais, já que impediu uma escolha mais rigorosa, uma seleção em função, por exemplo, da experiência de trabalho com este tipo de população.

Os técnicos concordaram neste ponto, a grande maioria não tinha experiência de trabalho direto com crianças, ainda mais com

as denominadas meninas de rua. Os seguintes depoimentos feitos por três funcionários ilustram essa situação:

"A coordenadora do projeto não tinha experiência com crianças, meninas de rua. Na verdade a gente fez muito do projeto na medida em que a gente se viu diante da realidade, que era nova para todo mundo...".

Sobre os sentimentos frente à experiência de trabalho:

"Quando me chamaram, eu fiquei muito assustada, nunca tinha trabalhado com criança, como é que vai ser isso?. A gente teve uma reunião e coloquei essa minha angústia, eu falei que nunca tinha trabalhado com crianças de rua. Me falaram que essa era a situação geral e que pouquíssimas pessoas tinham essa experiência, o que importava era a intenção a boa vontade, né, de fazer as coisas."

Com respeito à paulatina adaptação no trabalho específico dentro do contexto das oficinas laborativas, uma educadora comenta:

"Eu tinha experiência no morro, na comunidade, na favela... com estas meninas foi muito diferente... No meu primeiro contato com as meninas de rua, senti que ia ser uma barra, senti muito medo, a realidade delas é outra, isso a gente percebe logo. A adaptação foi difícil, eu tinha que me adaptar um pouco aos horários delas, elas na rua dormiam até tarde, a gente fazia várias experiências, as vezes de manhã outras à tarde, não tinha como ter uma coisa muito rígida de horário, não podia. Elas entravam na sala, elas saíam... depois com o tempo e que fui estabelecendo as coisas, fechava a porta da oficina...".

Cabe destacar que uma preocupação do projeto foi a capacitação do pessoal. Antes da abertura das unidades de atendimento, os técnicos receberam treinamento aproximadamente durante cinco meses. Este consistiu, segundo os depoimentos, basicamente de reuniões de discussão e leituras sobre a questão da violência, sexualidade, experiências de atendimento com população marginalizada, entre outros. Também foi feito o levantamento e visitas a algumas das instituições que trabalhavam com meninos de rua no Estado do Rio de Janeiro.

Os seguintes depoimentos são representativos do contraste evidenciado entre a etapa do treinamento e da prática institucional:

"Foram basicamente dois momentos, um momento a equipe sem as meninas, e outro da dura realidade, chegar lá e encontrar as meninas"

"Eu acho que o pessoal sabia que tipo de clientela ia ser atendido sim, o que eles não puderam imaginar é que a prática seria tão difícil, aquela teoria não deu conta da prática difícil e violenta que se deu"

Em relação ao trabalho cotidiano numa das oficinas:

"Meu trabalho era muito livre, eu sempre respeite a criatividade de cada uma. Muitas também eram muito violentas, outras foram se modificando. Uma vez uma menina depois de fazer uma bermuda picou tudo e jogou no lixo, gritando: tá uma merda!..."

Os técnicos participavam de três reuniões semanais: uma de equipe, outra de supervisão técnica e a terceira, de supervisão com um psicanalista. Depois de dez meses do início do projeto, em função da continuidade da capacitação do pessoal, começou o curso a cargo do Centro Unificado de Ensino e Pesquisa da UERJ. Apesar de todos os problemas pelos quais atravessou o projeto, o curso continuou concluindo seus objetivos.

5. A Relação Técnico-Menina

No discurso institucional, a intenção no relacionamento era dar um caráter educativo a cada um dos momentos de contato com as meninas. O objetivo inicial foi tentar educar para a vida, em um sentido mais amplo que a educação pelo trabalho. Nesse sentido, os profissionais da instituição se consideravam educadores, embora sempre o termo usado por eles mesmos e pelas meninas para denomina-los fosse o genérico de "técnicos da casa". Desde o início do Projeto até o tempo em que se realizou a pesquisa,

fomentava-se a escolha por parte das meninas de um técnico que denominava-se o técnico de referência. A função deste técnico era de acompanhar mais de perto a menina que o escolhia, e ajudava nos problemas cotidianos, como de saúde, por exemplo.

Observou-se que esta função do técnico e os seus limites foram testadas o tempo todo pelas meninas. Por exemplo, muitas meninas exigiam a presença do seu técnico de referência até em dias em que não correspondiam ao seu horário de trabalho. Este aspecto, entre outros, gerava controvérsias entre os próprios profissionais. Alguns comentários neste sentido:

"Eu não sou, nem pretendo ser o pai ou a mãe delas, acho isso um erro, elas tem suas famílias, a gente tem que trabalhar em cima disso."

"Não havia uma linguagem uniforme entre os técnicos, eu tinha uma perspectiva muito grupal, de ver essas meninas como grupo, não era muito de ter relações particulares que eu entendia tendiam muito para a sedução, para a satisfação de demandas imediatas".

"Eu acho que isso de técnico de referência era visto por elas como a mãe e o pai emprestados".

Por outro lado, a percepção das meninas em relação ao trabalho dos técnicos também é importante de ser registrado. Se bem que se tenha observado em alguns casos uma forte relação entre o técnico de referência e a menina, quando perguntávamos sobre isso às meninas nas entrevistas, só apontavam a lado negativo do trabalho dos técnicos. Por exemplo, em relação ao trabalho geral de acompanhamento no seu cotidiano, duas meninas queixam-se do trabalho dos funcionários:

"Tem umas que não fazem nada, lendo jornal... só falam pelo telefone: boa tarde... (falam o nome da instituição)... e abrem a porta... para isso, tanto estudo que são doutoras, eu também posso abrir a porta, é só me pagar..."

Pergunto: Que gostariam que elas fizessem?.

Uma delas respondeu: "Sei lá, que falem da vida".

Podemos aqui nos deter para analisar o que significa esta aparente (des)qualificação do trabalho de alguns técnicos. Primeiro, pode se pensar que algumas destas adolescentes, acostumadas com a rotina e tipo de trabalho profissional mais especificado⁵ em outras instituições, estranhem a metodologia praticada do acompanhamento no cotidiano. Porém, as meninas que participaram em diferentes entidades de atendimento governamentais e não governamentais, nos dizem o seguinte sobre a coordenação e os educadores de uma ONG vinculada à igreja:

"Lá eles tem uma cabeça direita e o carinho pela gente, os técnicos de lá gostam das meninas, aqui poucos são bons...tem uns que disfarça diante dos olhos da gente, mais não gostam não... estão pra tirar vantagem... dinheiro, pela política, né tia".
Aí (refere-se a outra instituição) tem 30...40 meninos e só 7 técnicos...

Ao perguntar se considera que se trabalha melhor com menos pessoas ela responde:

"Não é a quantidade, sabe, é o jeito de ser... de dar-se com a gente... aqui as meninas não vêem o esforço, o interesse dos técnicos, por isso é que tudo vai ser a mesma merda".

Outra menina faz a avaliação seguinte:

"As técnicas da casa e as educadoras de rua é muita comparação, muita mesmo... deveriam ser primeiro educador de rua, conhecer como é... e depois vir trabalhar numa casa assim... A tia L. até apanhou da policia, ela sofreu que nem a gente. Lá, as tias são madrinhas da minha filha, o padrinho dela é de lá... até namorei com um educador de rua, ele foi morto".

Estes dois últimos depoimentos mostram a forma como se constroi lentamente as relações com os educadores. Pereira (1993) neste sentido afirma que:

⁵No sentido da especificidade das tarefas dos técnicos, que embora foram de diferente formação: assistente social, terapeuta ocupacional, psicólogo etc., neste contexto não eram diferenciadas.

"Independente porém dos objetivos e do que é realizado em cada um desses programas, o que importa realmente é como cada atividade é feita. É a relação que se estabelece entre o profissional que representa a instituição ou o projeto e os sujeitos atendidos, que possibilita a realização do restante" (Pereira, p.197).

O respeito das meninas é construído numa contrapartida ao afeto investido inicialmente pelo educador na relação. A esse afeto se soma a solidariedade vivida concretamente junto com eles. Além disso, é necessário passar por inúmeros testes, onde elas procuram se certificar, reiteradas vezes, da sinceridade dos sentimentos do educador até podendo ser considerado como amigo, ou incorporá-lo na rede familiar extensa, como menciona no último depoimento a menina. Finalmente como afirma Rocha (1991) os educadores devem possuir algum saber "sobre-com-para" eles, que pode justificar o estabelecimento de uma relação de troca baseada no respeito mútuo.

CAPÍTULO IV

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS NORMAS

1. A Instituição: O Instituído X O Instituinte

A instituição foi estudada por Lourau (1975), enfatizando sua característica de designar o poder de recortar o tempo e o espaço; de tornar os atos possíveis, desejáveis ou recomendáveis. Assim, não é conceituada como uma simples forma social entre outras, mas destaca-se sua capacidade de articular todas as formas de sociabilidade. Nesta perspectiva, a instituição abrange tanto as normas sociais, quanto as relações sociais reais; ela atravessa todos os níveis dos conjuntos humanos, formando parte da estrutura simbólica do grupo e do indivíduo.

Para tal autor, as normas ditas universais, ou admitidas como tais, podem-se chamar de instituições. Estas normas não se encarnam diretamente nos indivíduos, mas passam pela mediação de formas sociais singulares e visíveis nos diferentes modos de organização, tais como família, associação, tipo de ensino, estabelecimento assistencial, entre outros fenômenos que recebem também o nome de instituição. Na linguagem corrente utiliza-se para denominar instituição também as denominações organismo, associação, programa, administração, firma e outras.

A instituição, neste sentido singular, é definida por Hess¹ como a organização das relações sociais entre os indivíduos ou,

¹In: Altoé, Sônia. Infâncias Perdidas: O Cotidiano nos Internatos Frigão. Rio de Janeiro, Xenon, 1990.

mais precisamente, o conjunto de normas que regem esta organização.

Para Lourau (1975), a singularidade da instituição é o resultante da ação da negatividade sobre a unidade positiva da norma universal. Deste modo afirma:

"...todo regulamento institui um corte entre o que é possível fazer, na forma social considerada, e o que não é. O corte refere-se também ao que é desejável fazer, ao que é obrigatório fazer e, por outro lado, ao que não é nem desejável, nem obrigatório. Os modelos de ação possível, as normas de ação impostas e sancionadas, e os modos de ação simplesmente desejável constituem, no entrecruzamento e nas contradições de uma organização singular, um universo diferente dos universos definidos por outros regulamentos, em outras organizações" (Lourau, 1975, p. 11).

Uma das finalidades do estudo deste autor consistiu em restituir ao conceito de instituição sua significação dinâmica. Importa que se destaque aqui que o conceito de instituição é trabalhado por ele numa perspectiva dialética, ou seja, como uma luta permanente entre o instituinte e o instituído. É importante observar que as instituições não aparecem mais como invariantes sociais, receptáculos da racionalidade e do consenso, mas como formas singulares tomadas nas relações de força, de classes e de produção. Neste sentido, o conceito de instituição inclui, também, a forma pela qual os indivíduos concordam ou não em participar dessas normas.

O instituído, designa a coisa estabelecida, as normas já presentes, o estado de fato que não pode ser confundido com o estado de direito. É também a força de inércia que busca a preservação da situação (Altoé, 1990). O equívoco do conceito de instituição reside no fato de designar separadamente ou de forma

equivalente o instituído e o instituinte. A instituição não se reduz a coisa estabelecida ao instituído.

O instituinte significa, na sua forma mais primitiva, o ato de instituir, no sentido de fundar, criar, romper com uma ordem antiga e criar uma nova. Para Aitõe (1990), seriam as forças de transformação que contestam o instituído e demandam novas normas. O instituinte é o que dá começo, que acontece e engendra um sentido. Aí está sugerido o nível dinâmico da instituição no sentido do ato de apreensão da matéria social (Lourau, 1975).

A institucionalização, por sua vez, é a ação integradora da sociedade, das instituições, da ideologia dominante com relação aos indivíduos. É a fase de resolução da contradição inicial, o instituinte contra o instituído e, também, o reconhecimento das novas normas que emergem (Aitõe 1990). Os fenômenos de institucionalização, então, não podem ser considerados a necessária instituição das normas pelos indivíduos, mas também sua atividade social instituinte.

As duas faces do conceito de instituição não deixam de lembrar as duas faces do sinal de Saussure, significante e significado. Tal como o sinal, a instituição não é unívoca, exceto em certas circunstâncias, onde aparece, ora unívocamente permissiva, ora unívocamente repressiva (Lourau, 1975).

Dentro deste contexto teórico, é que entende-se que o denominado "Projeto de atendimento a meninas de rua", espaço onde se realizou a pesquisa, é uma instituição em permanente mudança, que constitui-se num local privilegiado para se analisar a dinâmica do instituído X instituinte na prática cotidiana, estabelecida e confirmada no convívio diário dessa clientela.

2. As Normas

Neste trabalho não pretende-se entender o conceito de norma como uma noção única, como uma verdade com pretensão de validade absoluta. Pelo contrário, queremos salientar seu aspecto controvertido e polêmico, sublinhando assim, a dicotomia existente entre as normas formais, ditas universais e aquelas interiorizadas pelos indivíduos particulares.

Para Lourau (1975) considerar como normas universais as formas de regulação estabelecidas, já existentes nos códigos e nos costumes não escritos, contribui para a mistificação do termo instituição, para tornar intocável e sagrado o que é apenas uma contingência política. Com efeito, nada é mais relativo e contingente que as formas singulares de regulação que são as leis e as constituições imersas em uma cultura e um tempo determinados.

Machado et. alii. (1978) contribuíram para olhar de modo crítico o funcionamento da sociedade em termos do cotidiano, dos aparelhos que assumem a gestão da vida dos indivíduos, das instituições que produzem, aperfeiçoam ou orientam o comportamento. Seu estudo tem como objetivo revelar o esquema de normalização da vida social brasileira, realizado pela medicina e psiquiatria no século XIX.

Como tática utilizada para dar à medicina estatuto político próprio, a higiene pública foi o instrumento privilegiado pelos médicos, o que significou seu aparecimento como um poder capaz de tomar parte efetiva nas medidas de organização, controle e regulação da vida social.

Baseado em Foucault, Costa (1979) menciona que o século XIX assistiu à invasão progressiva do espaço da lei jurídica pela tecnologia da norma. O Estado moderno procurou implantar seus interesses servindo-se, predominantemente, dos equipamentos de normalização projetada pela medicina higienista.

Assim, a normalização tornou-se indispensável ao funcionamento da sociedade e tendeu a crescer e estabilizar-se num campo próprio de poder e saber. Desenvolvendo uma nova moral da vida e do corpo, a medicina contornou as vicissitudes da lei, classificando as condutas lesa-Estado como antinaturais e anormais.

Para este autor, o indivíduo ou desenvolvia o comportamento desejado, adotando uma conduta obediente, confirmando o poder do opressor, ou assumia o papel de criminoso reincidindo na falta, fazendo da "provocação" transgressora sua arma de luta, defesa e desmoralização da ordem repressiva. Mas, nos dois casos, tanto o conformista como o delinqüente, reconheciam a legitimidade da falta. Tornavam-se portanto, "funcionais" à ordem do poder. O primeiro porque, adaptando-se, reproduzia a norma. O segundo porque, rebelando-se mas aceitando a falta, justificava a necessidade da repressão e, sobretudo, servia de anti-norma ao comportamento exemplar.

Portanto, pode-se afirmar, de acordo com Goffman (1975), que o papel dos "normais" e o papel dos "desviantes" são parte do mesmo complexo, um do outro, recortes do mesmo tecido padrão. Tomado pois, através do tempo, o indivíduo pode desempenhar ambos os papéis do drama normal-desviante. Isso é facilitado pelo fato de que estes papéis não são simplesmente complementares, mas exibem ainda paralelos e semelhanças surpreendentes.

A ideia de estigmatização aproxima-se da noção de "desvio social". A classificação de grupos desviantes pode também ser considerada como expressão particular de um processo de estigmatização: ter-se-ia, de um lado, grupos rotulados -ou estigmatizados- como desviantes, e de outro, grupos admitidos como "normais" (Velho, 1974).

O conceito de desvio social, da mesma forma que o de estigma, implica necessariamente um quadro relacional, uma vez que qualquer daquelas categorias não pode ser pensada isoladamente, senão dentro de um sistema de oposições sociais. Neste caso, "desviantes" e "normais" emergem como tipos que se reafirmam no contraste, constituindo assim, essencialmente, uma manifestação de categorização social.

O problema do desviante é que, no nível do senso comum, é remetido a uma perspectiva de patologia. O objetivo do trabalho de Velho (1974) foi relativizar essa abordagem e lançar proposições que possam permitir um conhecimento menos comprometido do fenômeno.

A ideia de desvio, de um modo ou de outro, implica a existência de um comportamento médio ou "ideal" que expressaria uma harmonia com as exigências do funcionamento do sistema social. A partir de um conceito de cultura menos rígido, pode-se verificar que não é que o "inadaptado" veja o mundo "essencialmente sem significado", mas sim que veja nele um significado *diferente* do que é captado pelos indivíduos ditos "ajustados". Neste sentido, a leitura diferente de um código sócio-cultural não indica apenas a existência de "desvios" mas, sobretudo, o caráter diversificado, dinâmico e, muitas vezes, ambíguo da sociedade. Somente o pressuposto de um monolitismo do

meio sócio-cultural leva, inevitavelmente, ao conceito de "inadaptado" e "desviante". Entende-se que a cultura não é, em nenhum momento, uma entidade acabada, mas sim uma linguagem permanentemente acionada e modificada por pessoas que não só desempenham "papéis" específicos, mas que têm experiências existenciais particulares (Velho, 1974).

Em outros termos, certos grupos sociais, como no caso deste estudo, dos chamados "meninos e meninas de rua", pode-se afirmar que realizam, também, uma determinada leitura do sistema sócio-cultural. Fazendo parte dele e, em função de sua própria situação, posição, experiências e interesses estabelecem outras *regras diferentes*, às vezes até contrapostas à da sociedade em geral.

Em síntese, uma das principais contribuições desse autor, entre outras, foi perceber que o comportamento chamado desviante não é uma questão simples de "inadaptação cultural" do indivíduo, mas um problema político, vinculado a uma problemática de identidade. O desviante, na perspectiva de Velho (1974), é um indivíduo que não está fora da sua cultura, mas que faz uma leitura divergente. Ele não é sempre desviante e pode estar sozinho ou fazer parte de uma minoria organizada. Existem áreas do comportamento em que agirá como qualquer cidadão "normal", porém, em outras divergirá, com seu comportamento, dos valores dominantes. É o próprio caráter desigual, contraditório e político de todo sistema sócio-cultural que possibilita entender, em parte, esses comportamentos.

3. A Transgressão

O sujeito pode se mostrar na transgressão ou, também, quando abandona de vez um determinado sistema de regras, pela não aceitação desse conteúdo, por sua negatividade. Assim, a transgressão pode ser compreendida como a expressão de liberdade do indivíduo sobre o determinismo de suas condições de vida.

Analisando o conceito transgressão, Kühner (1989) observa que o prefixo do termo, (trans) dá o sentido: ir além. Ao infringir a lei, o transgressor também a denuncia; ao confrontá-la com outros princípios, questiona e relativiza sua transcendência. Para a autora, a transgressão registrará a recusa da adequação à norma e/ou a superação dos limites impostos pela lei, pelos costumes. Por isso, a transgressão da lei, dos costumes e/ou a afirmação da própria liberdade, desejo ou sexualidade pagam sempre um preço, seja o da punição, pela violação do interdito, seja a exclusão ou a marginalidade.

Neste sentido, Fenelon et. alii, (1992) num estudo sobre meninas de rua, entendem que para fazer-se sujeito, elas têm como única alternativa possível o rebelar-se contra os mecanismos de sujeição, o insurgir-se contra os valores impostos, o marginalizar-se pelo exercício da ilegalidade e, assim, pela ameaça que representam, conseguir o reconhecimento e o poder de participação.

Todavia, isto não significa que os comportamentos denominados transgressores praticados pelas meninas de rua possam ser considerados de "revolucionários", pois muitas vezes se apresentam ao nível individual, competitivo e de modo desorganizado. Violante (1982) afirma que numa perspectiva

psicossocial, os comportamentos infratores devem ser considerados manifestações das condições marginais de vida. Não significam por isto, comportamentos transformadores desta condição de vida, configurando-se ao contrário, como, mantenedores.

Neste sentido, Ferreira (1979), afirma que os meninos de rua não formam uma "tropa de choque", disposta a destruir os valores que sustentam a sociedade. Antes, eles os defendem, tanto que organizam seu trabalho e mesmo sua "delinqüência", seus relacionamentos e seu consumo, usando estritamente os valores vigentes. Até o ponto de assumirem preconceitos e assimilarem estigmas criados por esses padrões, sem conscientemente contestá-los ou transformá-los. Eles não são a causa da "desordem" social, no entanto, constituem-se em sua denúncia.

No caso das meninas que participaram desta pesquisa, observa-se como a "lei" de sobrevivência instituída na rua é, por si mesma, violenta. Assim, obrigadas a obter por quaisquer meios a sua sobrevivência, num ambiente urbano hostil, as atividades ilegais podem surgir como reativas a este. A vivência cotidiana (exploração, espancamento, assassinato, entre outras) faz com que elas acabem incorporando a violência como um traço característico em suas relações.

Deste modo, pode-se compreender melhor como estas meninas parecem fazer parte de outra cultura, com outros valores que chocam-se com o padrão de moralidade da sociedade constituída. Por exemplo, os pequenos roubos e a utilização de drogas são parte integrante das estratégias de sobrevivência a seu alcance. Da mesma forma, assim como instrumentalizam estas estratégias de sobrevivência, também adaptam e instrumentalizam os valores e

normas da sociedade, adequando-os às condições em que ocorrem suas ações (Ferreira, 1979).

Tudo isso nos faz reconhecer que pensar em termos de uma oposição substantiva entre o certo e o errado, entre o bem e o mal, como dois opostos distintos, não faz sentido. No entanto, pensar mais, em impasses ou dilemas frente a situações que não apresentam uma única via de resolução, abrirá a possibilidade de analisar e discutir melhor as situações observadas.

4. Os dilemas

Nosso interesse nesta pesquisa é aprofundar o estudo da construção das normas com meninas e adolescentes "de rua", num espaço institucional alternativo. Neste intuito, passaremos a analisar os registros do cotidiano apresentado na instituição; assim como alguns depoimentos tanto dos técnicos quanto da clientela atendida a partir de três categorias de análise: ordem X desordem; limite X punição e deveres X direitos.

4.1. Ordem X Desordem

Primeiro, menciona-se que esta instituição propunha-se a desenvolver seu trabalho através de uma metodologia não autoritária, para o qual, dentro das suas linhas de ação, estava a criação da assembleia. Durante a gestão da primeira coordenação, a assembleia constituiu-se num espaço de caráter democrático, onde as decisões, que apontariam os rumos relativos as normas a se implementar e ao funcionamento e organização do cotidiano, seriam fruto, após do debate, de um acordo entre as

partes: meninas e técnicos. Com a mudança na coordenação, as assembleias foram, paulatinamente, desgastando-se e constituíram-se num espaço de queixas e cobranças de ambas as partes, até finalmente serem desativadas.

Contudo, desde o início da instituição -etapa em que a assembleia podia ser considerada um espaço de reflexão e discussão²- foram apresentando-se dificuldades para se organizar o cotidiano. O descumprimento das rotinas e horários estabelecidos e já detalhados, faziam com que parte da equipe técnica, como do próprio grupo de meninas, mostrassem descontentamento e exigissem como alternativa à denominada "desordem", o estabelecimento de controles e normas cada vez mais rígidos que, para seu cumprimento, implicariam punições até severas.

Se, como é lógico supor, as normas estabelecidas na base da discussão e do consenso grupal, seriam mais fáceis de serem respeitadas e acatadas do que as impostas autoritariamente, podemos nos perguntar aqui, por quê, quando as meninas foram convidadas a serem instituintes dessas normas, isso não aconteceu?. Como se organizou o cotidiano na instituição e porque esta demanda continua, tanto por parte dos técnicos quanto das meninas, de "pô-la em ordem"?

Colocamos aqui depoimento de algumas técnicas sobre o modo como foi apresentando-se o trabalho na instituição. Para a primeira:

"A chegada delas (das meninas) na casa foi uma coisa muito complicada; foi falado pra elas: esta é sua casa. Criou-se essa ilusão que a casa era delas, aí então vinham elas: se a casa é nossa, eu posso isso,

²Exemplos encontram-se em Campos M. e Salomão M.C., O Projeto Casa das Meninas, Seminário sobre Pobreza e Desenvolvimento, 1993.

posso fazer tudo. Mas, a equipe como ia sustentar isso? Na verdade, isso não era uma casa no sentido real de casa, na casa os pais dormem, elas nunca tiveram uma casa..."

O comentário de outra técnica coloca a ênfase das dificuldades na rapidez do processo adaptativo e, conseqüentemente, na impossibilidade de se lidar e administrar com os recursos materiais e com as experiências destas meninas:

"Bom, para mim houve um excesso de coisas, não havia necessidade de tantas coisas, havia muita doação no início e não houve equilíbrio...O projeto em si era uma das coisas mais serias, mais lindas que eu já vi, a coisa lúdica, as bonecas espalhadas pela casa... quando uma pessoa não tem nada e a gente dá muita coisa para ela, não sabe nem o que vai fazer com aquela coisa toda. É a estrutura de quem não tem nada e, de repente, tem muito, é a mesma coisa elas não tem nada e, de repente, joga petróleo, elas não sabem o que que elas vão fazer, elas tiraram para vender, ou simplesmente levaram para a casa delas. Não houve um tempo de fazer uma estruturação para elas poderem saber o que elas queriam. Elas não sabiam o que era uma casa, que fazer com uma casa, se elas tinham vindo do morro, das casas onde eram espancadas, maltratadas, ou da violência da rua, então, elas não tinham um espaço, elas nunca tiveram um espaço como elas estavam tendo. No princípio, por exemplo, todas queriam "modess", era a novidade até que entupiram na primeira semana todos os vasos... ai teve que se reunir todo mundo, se explicou como funcionava aquilo, só que era muita coisa, ao mesmo tempo, eram sorvetes de todos os sabores, era carne, eram ovos, vídeo, televisão, era muita coisa para quem não estava acostumada com nada, máquina de lavar roupas..."

Outra funcionária, expressa a opinião, compartilhada por outros colegas, que esperavam que acontecesse uma "ordem natural pelo tempo", ela comenta:

"Foi muito complicado, a menina tinha o tempo dela. Na casa, na época da primeira coordenação, não tinha imposição de nada. A idéia então, era que as coisas iam acontecendo naturalmente, que elas, pouco a pouco, iam ter aquela maturidade para desempenhar as coisas... a maturidade das meninas e do projeto. Eu acho que com a prática se foram perdendo os objetivos do projeto. Teve uma boa parte do tempo que a coordenação amarrava isso, muito bem, até. Mais, em

determinados momentos (o objetivo) ficava frouxo e as pessoas perdiam a perspectiva. Depois, com as mudanças (na coordenação) foi um caos total. Então aí cada um (dos técnicos) tinha seu próprio projetinho na cabeça, seu bom senso, seu mal senso e aí a coisa despencou toda".

Na verdade, os profissionais encarregados de trabalhar com estas meninas tinham uma tarefa difícil, esperava-se que se constituíssem em agentes da transformação do comportamento das meninas que atendiam. O trabalho foi se prejudicando, de um lado, por uma parte da equipe técnica que esperava que as meninas "virassem meninas bem educadas" e exigiam, em curto tempo, resultados mágicos, como também pelas próprias meninas, pois qualquer demora em satisfazer suas demandas, constituía-se em motivo de conflito. Neste sentido, outra técnica menciona:

"Isso de esperar não funcionou... o próprio tempo delas é diferente é o rapidinho, é o aqui agora, elas querem tudo para ontem, não é nem para hoje, tia rapidinho!, tudo era rapidinho..."

Foi observado que as meninas pareciam propor um modo de relacionamento no qual o tempo é importante. O que os técnicos poderiam dar-lhes teria que ser efetivado no momento necessário; o adiamento parece algo para o qual não sentiam-se preparadas e incapazes de tolerar.

Com relação específica ao descumprimento das normas e dos horários estipulados, uma técnica registra:

"A questão das normas foi muito difícil, complicada. Tinha umas regras que, evidentemente, não eram cumpridas. Por exemplo: almoçar no refeitório, os horários: tinha hora para chegar, tinha hora para ver televisão, todas tinham que estar matriculadas na escola, tinham que lavar os pratos, fazer a faxina dos seus quartos... Por exemplo, isso que elas se encarregassem da limpeza nunca aconteceu. Havia as regras sim, mas isso não foi bem explicitado, nem administrado. Eu acho que isso criou um clima tenso entre os educadores, uma divisão entre os educadores bonzinhos e os ruins. Aqueles que exigiam que as regras fossem cumpridas e aqueles que não. Foi criando-se um clima difícil..."

Os comentários dos funcionários sobre a deterioração da infra-estrutura da casa foram contínuos. Por outro lado, o fato das meninas pegarem seus colchões, pularem o muro, dormirem no ponto de metrô na frente da casa com os namorados; a maneira como elas costumam lavar suas roupas nas latas e secá-las estendidas na grama, como faziam na rua, não utilizando a máquina de lavar e o varal, era explicado por outras funcionárias assim: "só pode ser reencarnação de mendigo" ou que elas "não tem jeito, mesmo".

É interessante colocar aqui a experiência vivida pela faxineira da casa que, sem família, passou a infância e adolescência num orfanato, com as características de regime fechado, de onde saiu para trabalhar como empregada doméstica. Comparando a instituição em que ela esteve em criança com a atual, onde trabalha diz:

"Lá tudo era diferente, era estrito, severo. Chegando da escola a gente limpava tudo, fazíamos o almoço, o jantar... Quando se inaugurou esta Casa (instituição sede da pesquisa) não era o que é agora, estas meninas quebraram tudo, tinha 16 espelhos, não ficou nenhum, arreventaram os armários. Esta Casa foi feita para classe média, não para gente pobre, a roupa de cama novinha na embalagem, edredão, lençóis, toalhas... levaram tudo para a rua, venderam, deram para os namorados venderem. Agora não tem nem copos, não tem nada".

Podemos aqui comentar como as diferentes estratégias de abordagem e preservação da criança foram instituídas diferenciando por essa via a criança da família burguesa e a da família popular e, mais ainda, da criança dita infratora. Segundo Fenelon et. alii. (1992), nas classes dominantes, as práticas modernas de atendimento à criança visam liberar o corpo e o pensamento. Já nas classes populares, dentro de uma política assistencial, as formas de educação da criança estiverem voltadas

para seu controle, sua contenção, numa perspectiva mais policial do que psicopedagógica. Com relação a infância infratora, estas estratégias voltaram-se primordialmente para a reclusão e a repressão.

Isto pode constituir-se num indicador para compreender como as meninas e os técnicos, que vivenciaram ou que trabalharam em instituições de regime fechado, necessitaram reproduzir uma ordem rígida baseada no controle e vigilância como única saída para se organizarem. Os seguintes depoimentos por parte das meninas exemplificam a situação de impotência para encontrar saídas para mudar a situação do cotidiano institucional:

J: "Ontem, na casa tava a maior confusão. E, ameaçou botar fogo na casa... pegou minhas coisas, botou no quintal... e pegou fogo, ainda dá pra ver trás no quintal... Esta casa está cada vez pior e vai ficar pior ainda.";

F: "Esta casa não vá pra cima vá pra baixo!";

R: "Tem que botar ordem nesta casa, ninguém bota ordem aqui! As meninas não são culpadas de tudo que acontece; e cadê as técnicas que não fazem nada, elas que deixam...".

Aos mecanismos de liberação contrapõem-se os da vigilância, controle e rigor da disciplina, que marcaram por muito tempo a política assistencial destinada às classes populares. Estes também, foram instituídos por estas meninas e fazem com que as estratégias de "liberar", ou seja, a de transformar-se em sujeitos agentes, pelo exercício da participação, seja difícil de ser entendido e implementado. Vejamos o que falam algumas das meninas, numa assembléia, um ano e poucos meses depois da abertura da instituição:

C: "Tem um caminho certo e outro não, a gente pode escolher um o outro, mas quando não tem caminho, aqui não tem caminho";

P: "A gente veio e não sabia o que fazer, vocês é que deveriam dizer qual é o espírito da coisa, né";

J: "O que estão fazendo aqui é engordar ladrão, eu nunca robei, nem falava palavrão, agora fumo...";
D: "Esta vai ser a casa das vagabundas e não a casa das meninas".

Esta nova liberdade que propunha a instituição, a de regular suas próprias normas, fazia com que as meninas se sentissem "à deriva". Isto, pode ser explicado pelo difícil processo de adaptação que implica a inserção num meio com padrões diferentes dos habituais, situação que tem o potencial de desorganizar, de gerar insegurança e de criar uma sensação de vazio e perda de referências (Nicolacci, 1989).

Numa oportunidade, observou-se a seguinte situação: a menina A. pega o telefone e faz como se discasse um número, dizendo: "Polícia, jogue fora os meninos, que as tias não fazem nada". Pergunto: por que não quer os meninos na casa? A: "não quero a casa cheia desses garotos, bagunçam...". Pergunto: "por que chamar a polícia?, me falaram que vocês na assembléia decidiram receber visitas dos namorados e amigos nos dias de sábado". A: "a polícia serve pra isso, pra tirar eles, os que molestam... a polícia tirava a gente... eles fazem isso".

A polícia sintetiza ou simboliza a ordem (ou a lei) e também seu oposto, a violência na rua. A relação com a polícia caracteriza-se pelo tratamento desrespeitoso praticado para com elas. Primeiro, prendendo sem motivo aparente, porque molestam pelo simples fato de perambular na rua, depois, pela violência e ameaça física.

Assim, como menciona Rocha (1992), a experiência destas meninas nas ruas em relação à ordem legal é também uma desordem imposta onde a força física, a arma e o poder instituído legalmente na figura do policial, parecem conduzir ao arbítrio e à agressão. Assim, a polícia tem o efeito contrário ao desejado.

instituindo a anti-pedagogia do roubo, corrupção e violência (Zaluar, 1990).

No entanto, elas também reconhecem a função social da instituição policial. Uma menina relata na sua história de vida sua relação com a polícia e como sua percepção mudou depois:

"Ele (o policial) trabalhava na cabine, eu ficava na rua, perto do bondinho, naquele prédio... ah fala o nome tia, ah Pertobrás, dormia lá perto... e ele ia todo dia lá, me acordava pra ir à escola, eu trabalhava no zoológico, ele as vezes me levava também. Na hora do almoço aí me chamavam me davam quentinha, roupa do filho deles, macacão né bonito.. Agora, não sei tia, carregam muita culpa eles, toda vez que passa uma morte PM esta no meio, é muitas coisas que acontecem né, agora é tudo PM, PM assaltou banco, as colegas botam coisas na cabeça que PM fez aquilo... agora tenho trauma".

Contudo, concordamos com Leite (1993) que reconhece na percepção dos meninos de rua ambos os aspectos: a função socializadora e sua face violenta:

"A polícia é um tema constante na vida deles. É curiosa essa relação: a PM para eles é Deus e o Diabo ao mesmo tempo. Tem uns que dão comida e tem outros que eles dizem que matam. Falam que o mesmo PM que acha bonitinho o menor bem pequenininho, é o que espanca aos maiores. A rua de noite, é a morte para eles. E o PM é o diabo nesta hora" (Jornal do Brasil 25/7/93).

Neste sentido, de acordo com Paixão (1990) criticamos a lógica do dualismo estrutural, no sentido da rigidez das fronteiras morais solidamente fixadas e demarcadas entre a ordem e a desordem. Entendem-se melhor através de uma dinâmica própria de processos que não devem localizar, exclusivamente, em um setor a ordem da sociedade constituída e, por outro lado, as expressões ditas violentas e desagregadas que ameaçam esta ordem. A oposição aparente, esconde mais do que desvenda a verdadeira natureza de suas relações: ordem e desordem (legalidade e ilegalidade) podem-se confundir no conluio da autoridade pública

e dos focos de desordem por ela mesma definidos como tais. O coniuo da ordem com a desordem, da lei com a transgressão, está vigente, por exemplo, no acordo tacito entre autoridades e banqueiros do bicho, assim como no caso dos meninos e meninas que estão nas ruas, na "desordem" da lei imposta pelos policcias que as obriga a pagar taxas³ e percentagens sobre os roubos ou outras atividades que praticam.

Com respeito a relação homem-mulher, também observou-se, como mencionam Moraes et alii (1991), que está caracterizada pela violência. Ao mesmo tempo que elas se percebem como vitimas, suas reações de resistencia violenta se justificam pela lógica "natural" da relação com o companheiro ou namorado que bate nelas. A menina C. conta sobre seu namorado J. que conheceu no CRIAM⁴:

C: "antes eu gostava dele e ele não, agora é o contrário não gosto mais dele, somos só amigos, porque ele briga muito à toa... ele me bate tia, eu levo a pior... não posso fazer nada tia, ele tem mais força que eu... o poder é dele".

Destaca-se como a violência faz parte do seu cotidiano e corresponde a uma realidade inscrita nas suas relações e nos dois espaços, tanto na família ou nas instituições pelas que passaram, como na rua.

Em relação ao estabelecimento das normas na instituição relata-se o seguinte episódio:

A menina A. quebra um prato de comida que achou na sua cama e diz: "vou quebrar tudo, estas meninas deixam sujeira na minha cama...". Varre os cacos de vidro espalhados pelo chão, limpa e reclama: "eu também só quero mordomia que nem essas meninas ...

³ A relação da menina-mulher com a policia está marcada também pelo jogo de sedução, com o qual elas, as vezes, conseguem driblar as punições cobradas por seus atos (Rocha, 1992).

⁴ Centro de Reabilitação da Infância e do Adolescente.

são muito abusadas". Com respeito ao processo de construção de normas, pode-se dizer que, neste caso, aparece de forma conflituosa, até violenta. Observa-se, às vezes, que quando se quebra uma norma, logo se quebra um prato para restabelecer a "ordem". Neste sentido, as meninas exigem o estabelecimento de punições e percebem a falta destas como uma ausência de limites: "aqui a gente fica muito solta", e de permissividade por parte dos técnicos que, segundo elas, "não estão com nada".

Deste modo, no exercício do poder de decisão, mas ao mesmo tempo, na resistência ao controle, à vigilância e à punição, embora os demandem, foram instituídas as normas.

4.2. Limite X Punição

Através das experiências do mundo cotidiano destas meninas, podemos observar como elas participam da sociedade e como, aprendendo a sobreviver nela, adaptaram e instrumentalizaram os valores e normas sociais, relativizando seus limites e sanções.

Primeiro analisa-se um problema apresentado desde o início do trabalho junto a estas meninas: os furtos contínuos, tanto dos pertences das meninas, quanto dos objetos da instituição tais como mobília, alimentos, material de higiene e outros.

Com respeito a estes incidentes, durante uma assembléia, as meninas argumentaram:

- F: "Se tem menina que rouba é porque precisa... a menina tem que tomar o que é dela...";
 P: "Se rouba é porque não tem, ela quer alguma coisa...";
 R: "Fica hábito, é como o vício que não se pode largar, é difícil... As culpadas não são as meninas, os técnicos que deixam, não fazem nada!";
 D: "Isso aí, devem fazer revista, devem fazer pagar".

Percebe-se que frente à questão dos furtos, seu julgamento desdobra-se em comportamentos diferentes. Os pequenos roubos podem e devem ser condenados no microcosmo, e por outro lado, tolerado fora dele. Assim, os roubos denominados "pisa"⁵ são praticados continuamente e os objetos furtados das lojas, exibidos e celebrados. No entanto, os roubos entre elas, dentro da instituição poderiam ou deveriam, segundo demandam, até ser punidos fortemente. Numa outra oportunidade as meninas conversam ao respeito:

C: "Se soubesse, não deixava passar não...";
 Pergunto: "faria o que?" (ela não me responde);
 F: "faria o que?, fala!";
 P: "Eu não deixo quieto, não";
 C: "Elas vão ver comigo":

Fromm (1976) mostra como o desejo de ter uma propriedade privada pode desencadear o emprego da violência. Para furtar os outros, de maneira aberta ou velada, assim como para manter o controle desta propriedade, precisa-se do emprego da força, para protegê-la daqueles que a poderiam tirar de nós. Nesta lógica, se alguém deseja algo que é do outro, tem o direito de satisfazer seu desejo, tentando tomá-lo para si a qualquer custo.

Este foi um dos motivos pelo qual algumas meninas até desistiram de ficar na instituição. J. conta que a saída de duas meninas foi porque "mexeram nas coisas delas... dizem que elas devia um dinheiro, sei lá tia". I. se queixa novamente dos furtos que acontecem na instituição, lembra que ela não agüentou e o ano passado foi embora porque as meninas pegaram suas coisas. Aqui estas meninas "só sabem roubar, não fazem nada, quando eu tava aqui no começo, elas me roubaram tudo, minha roupa, minhas coisas, não me deixaram nada". Duas meninas, que estavam

⁵ Pisa é a modalidade de roubo nas lojas realizado especificamente pelas meninas.

presentes na conversa, intervêm: F.: "todas navegamos no mesmo barco, isso não se faz" e D. acrescenta: "na loja pode, o que não pode é tomar as coisas da colega, né".

Identificando-se como iguais, as meninas são a favor de uma certa igualdade ou até solidariedade entre elas, embora reconheçam sua incapacidade e impotência para mudar essa situação, no seu ponto de vista radicalmente individualista. Mais ainda, quando falam destas ações como "tomar", decorre daí a crença de que a justiça se faz com as próprias mãos, demonstrando o sentido que dão a seu individualismo (Fenelon et. alli., 1992).

Os roubos compulsivos dos objetos da casa poderiam ser entendidos como uma "apropriação perversa" da casa, como uma necessidade de ter posseção de coisas para preencher o sentimento de vazio e de perda, ou como uma impossibilidade de se obter a propriedade (deles, de seus próprios corpos) por outros meios. Elas percebem os objetos como transitórios; podem ser destruídos, podem perder-se, depreciar-se.

Em outra oportunidade chegam várias meninas da rua e mostram o que trouxeram "do pisa": dois macacões de uma loja. Pergunto-lhes sobre isso. Falam que tiram o grampo da loja e botam no pisa (entre as pernas, embaixo da saia). Pergunto-lhes porque fizeram isso, elas respondem: "não é pra mim, não tia, é para meu irmão, ele não tem". Outras meninas mostram uma camiseta e comentam: "tá bacana". A menina G. fala que quando não tem uma tia pra lhe ajudar, consegue coisas do "pisa" para levar à casa da sua mãe... (ri, nervosa), pergunta-me se sei o que é o pisa, digo que eu quero que ela me explique, ela entre risos e como em segredo, explica como é o pisa. A modalidade de furto nas lojas "o pisa", envolve elementos de gozo. Quando esta

menina faz o relato "do pisa" parece que conta uma brincadeira. Concorda-se com Rocha (1992), quando afirma que o perigo que envolve esse tipo de furto nas lojas, entre outros fatores, aumenta a satisfação e o prazer que dele poder-se-ia obter.

Ao sair da instituição, elas me perguntam se eu posso comprar o que trouxeram da loja: "compra tia". Comento: "ah, então outra coisa que fazem com as coisas que trazem do pisa é vender". Uma menina fala: "pra ter dinheiro tia, pra comprar e levar pra minha mãe. (riem) compra tia".

Com relação a questão do roubo, é preciso revelar o sentido que tem para elas apropriar-se indevidamente de objetos alheios. A justificativa inicial de satisfação de necessidades, fome, frio, não serviria para explicar os contínuos roubos na Casa (tanto dos pertences das meninas quanto dos objetos da Casa). Implica entender, como mencionam Feneion et. alii. (1992), a relação das meninas com "o ter" ou seja, o que significa para elas a propriedade e a acumulação de bens materiais. Ter é o que vivenciamos na nossa cultura. Vivemos numa sociedade que repousa na propriedade privada, no lucro e no poder, como pilares de nossa existência. A posseção contribui para dar status. A riqueza, para as meninas de rua é muito valorizada, à semelhança do que acontece em qualquer sociedade capitalista. Desejam ser ricas, ter dinheiro, ter uma vida farta e despreocupada. Mas, essa mudança só consegue ser vivida por elas através do sonho de ganhar nos jogos lotéricos⁴.

Com relação ao valor simbólico da propriedade, tal como comparece no discurso da sociedade brasileira, pode-se dizer que, não apenas o aceitam, como o perseguem ou almejam. Entretanto,

⁴Do tipo "papa-tudo" e "tele-sena", que elas costumavam comprar.

tal aceitação implica a contraposição de um outro direito, também amplamente aceito por elas: o direito ao roubo, sem perceber uma ruptura com os valores sociais (Fenelon et. alii., 1992).

Então, para entender a questão do roubo como aqui é colocada, que ultrapassa a lógica da necessidade de sobrevivência, é preciso destacar o sentido que tem para esses atores sociais o ato de se apropriar indevidamente dos objetos alheios: competência, exibição de poder?

Um dia de sábado, varias meninas saem para a rua com saias longas e falam que vão fazer "arrastão nas lojas" (roubar). Depois de algumas horas, as meninas voltam à instituição, e a menina R. mostra o dinheiro que diz ter roubado de uma "velha no ônibus".

Na sua história de vida, R. contou que para sobreviver na rua se valeu de diferentes recursos: a mendicância ("eu pedia... assim, dá pra comprar leite..."). Também cometia pequenos furtos ou roubos em grupo. Ela lembra: "a gente roubava na rua, não a qualquer um, a gente fazia pesquisa... também fazia arrastão nas ruas, nós tinha gargalo (garrafa quebrada), arma branca, navalha". Assim os ricos, "as madames", formam a categoria dos que devem ser roubados, uma vez que as meninas escolhem suas vítimas através de sua aparente condição sócio-econômica ou fragilidade física, como os idosos, por exemplo.

Outro aspecto a considerar é a questão do uso de drogas dentro da instituição. Uma menina fala:

C: "Aqui cheram cola, fumam maconha, assim não vão querer melhorar nada!";
 Pergunto: você não cheira cola?
 C: "só quando tô com problema para esquecer... Na hora esqueço";
 Pergunto: E depois?
 C: "depois... cansa".

Outro dia, durante o almoço, E. aparece fumando maconha, irritando os técnicos. Quando alguém se aproxima dela, corre e ri. Depois de terminar de fumar, almoça e come tudo. Fala: "fumo pra poder comer" e afirma: "eu só chero pra comer...quando tô com fome".

Isto nos remete ao uso de drogas como prática comum entre meninos e meninas de rua, que não pode ser considerado como uma simples forma de transgressão às normas. O uso da droga era colocado por elas como um instrumento de sobrevivência e prazer.

Finalmente, com relação à utilização do sexo como via para se obter dinheiro, registrou-se a seguinte conversa de um grupo de meninas, depois de conversarem sobre outras colegas que ainda continuam na rua. F. menciona o nome de uma daquelas e comenta:

P: "virou puta, está em Copacabana";
 D: (Surpresa parece não acreditar).
 F: "ela mesma falou, é prostituta assumida, já tem filho de um gringo, da Suíça, vá ganhar um apartamento em Copa";
 P: "Se deu bem";
 C: "Eu não levo jeito de puta, não, não faço isso";
 P: "O quê é que tem, eia dá o que é dela".

Aqui pode-se constatar como no caso da sexualidade, parece haver um nexó lógico mais pragmático, do que um dilema, do tipo certo ou errado, entre praticar a prostituição ou não. Aparentemente, elas parecem não fazer juízos de valor sobre a menina que assume a prostituição. Observa-se que nenhuma das meninas que participou deste estudo fazem uso dessa prática, embora, reconheçam que nas ruas foram abordadas por homens, que a troca de sexo lhes ofereciam doces, comida ou presentes.

É importante assinalar que a configuração da prostituição nas meninas de rua assume um outro aspecto, pois como menciona

Moraes (1993), a menina que se prostitui não percebe isto como uma profissão. Quando acontece, é principalmente um meio para combater o frio, a fome, para obter seu sustento em uma determinada situação, como uma prática circunstancial, desprotegida e desprovida dos esquemas de negociação com os clientes.

4.3. Direitos X Deveres

O Brasil tem hoje uma das mais amplas e completas legislações, que abriga princípios adotados internacionalmente e nos quais se reconhecem os direitos de cidadania, ligados às ações básicas de alimentação, educação, saúde entre outras (Eisenstein e Souza, 1993).

Especialmente, no que se refere à criança e ao adolescente, a partir da promulgação do Estatuto, elas deixam de ser considerados como seres "menores", objeto de restrições para tornar-se cidadãs "em fase peculiar de desenvolvimento". Deste modo, alvo de proteção integral, cujos direitos devem ser garantidos pela família e pelo Estado.

Dentro dos moldes do Estatuto, a referida instituição propunha-se, pelo menos no seu discurso e prática iniciais, assegurar os direitos fundamentais das crianças e adolescentes como os de educação, recreação, profissionalização, saúde entre outros. Conferindo, por sua vez, a esta população, a condição de sujeitos ativos de seus direitos e, portanto, atribuindo-lhes as responsabilidades próprias da sua condição de pessoas em desenvolvimento.

Contudo, pretendemos aqui problematizar esta questão, já que implicou num salto qualitativo na perspectiva e na prática de atendimento. Colocamos aqui as seguintes questões: como estas meninas percebiam na prática cotidiana seus direitos e deveres?; que mecanismos utilizaram para exercê-los: como e de que forma foram explicitados e viabilizados pela instituição?. Vejamos alguns exemplos que servem para ilustrar essa análise.

Observou-se que uma modalidade de relacionamento instituído por estas meninas está baseada em pedir ou demandar que satisfaçam suas necessidades como forma de atender os seus direitos. Cotidianamente, os pedidos são múltiplos como os seguintes: "dá dez mil, dá um cigarro... arruma pra mim tia, dá pra comprar biscoito, pra comprar o creme do cabelo". A solicitação: "dá dinheiro tia" é a mais freqüente na instituição, seja o dinheiro da passagem para visitar à mãe, seja para comprar alguma coisa e levar quando visitam à família, ou para satisfazer uma necessidade própria. Este fato nos remete a época em que estas meninas, nas ruas esmolavam como meio de sobrevivência; poderíamos dizer que agora "mendigam os seus direitos", continuando sempre dependentes dos outros.

Uma menina que, na sua história de vida, relatou que, para sobreviver nas ruas precisou esmolar junto a mãe e os irmãos, embora não gostasse disto, e o fizesse só porque "a mãe a obrigava", denomina agora seus continuos pedidos de objetos ou dinheiro de "chepar": "tô chepando as tias para o barraco que arrumei com meu namorado", ou seja, pedindo coisas para os funcionários. Por outro lado, também utilizaram como método para a obtenção de seus pedidos fazer longas listas de presentes para

o "chá de panelas" ou "chás de bebe"⁷. Todas estas atividades as colocam numa posição passiva, objetos da boa vontade das tias ou técnicas que trabalham com elas: quando não obtêm a resposta desejada, ou seja, a obtenção do que querem, começa a frustração, e as reclamações: "são umas judas", "por isso é que a gente fica revoltada mesmo", e, as vezes, resultando no início de uma espiral de violência⁸.

Quanto à percepção do dever do Estado em garantir seus direitos, observou-se que estas meninas compreendiam parcialmente e, as vezes, de forma ambígua e contraditória que o governo tinha a obrigação de "tomar conta" delas. Um exemplo disto mostra-se a seguir.

Na hora do almoço, eram freqüentes as brigas entre as meninas e a cozinheira. O motivo principal está relacionado com os alimentos, utensílios de cozinha, entre outros, que somem da despensa, e que a cozinheira reclama "ter que dar conta". As meninas respondem que esses objetos são do governo... "que tem mesmo é que dar pra gente"... gritam que as coisas são do Estado e não da cozinheira, "só vai acabar quando D.N. morrer, aí a casa vai acabar" (aludem à idealizadora do Projeto, que na época estava doente).

Cabe assinalar-se que a crise institucional foi sendo percebida pelas meninas, e teve repercussão no comportamento delas. A instituição, no seu discurso afirmava que a "Casa" foi dada para elas, justificando sua existência pelo "sonho de uma idealizadora"⁹. Então, depois da saída da primeira coordenadora,

⁷ Durante o tempo que observei seu cotidiano, estes não se concretizavam realmente, e serviam mais como meio para canalizar suas demandas.

⁸ Neste caso, entendida como ações perpetradas contra pessoas ou bens materiais, por exemplo: quebrar cadeiras, armários, jogar objetos etc.

⁹ Que numa entrevista declarou: "Eu não me conformava com o fato de só se falar dos meninos de rua e nunca das meninas", fundamentando seu empreendimento (Nova Escola, ano VII, N 62, Novembro, 1992).

junto ao agravamento do estado de saúde da idealizadora da instituição, as meninas desconfiaram que esta seria fechada. Considera-se que a incerteza (da continuidade da "Casa" no plano literal e no plano simbólico de sentir-se na sua "casa", ou seja, no seu próprio corpo), dificultou a convicção nas suas capacidades, contribuindo para um relacionamento conflitivo destas meninas com a referida instituição.

Outra queixa contínua e motivo de discussão nas assembleias e o fato das meninas reclamarem, sobretudo na época da segunda coordenação, da escassez e da qualidade da comida. O fato era real, comparado com a época inicial na qual, segundo as meninas avaliam, "tinham do bom e do melhor". Sucediavam-se então, problemas como o que se relata a seguir. As meninas, exigindo comida, arrombaram a porta da cozinha, quebraram coisas e agrediram a R. (que foi atendida inicialmente pela instituição e passou a ser ajudante da cozinha). Algumas reconhecem que iniciaram o problema "porque tinham fome". Aliás, a fome é uma constante queixa de todas as meninas, embora a Casa oferecesse cinco refeições por dia.

Contudo, desde o início das observações (ainda com a primeira coordenação) esta reclamação se dá, e é contínuo escutar "tô com fome". Caberia aqui perguntar: as meninas estão com fome de que? Embora, elas nas ruas sentissem a fome de alimentos, é verdade que na instituição, mesmo com a perda de qualidade da alimentação, esta não faltava. Em uma assembleia C. comenta: "Falamos, sim... elas crêem que somos porcos, só nos dão comida e querem que fiquemos felizes...". Fica claro que está se falando de outro tipo de fome que tem a ver com algo maior. A fome que estão sentindo tem uma dupla dimensão, uma que pode ter uma base

concreta e outra simbólica: fome de reconhecimento, de oportunidades e do cumprimento dos "seus direitos", que elas demandavam agora à instituição.

A aspiração imediata destas meninas é ingressar no mercado formal de trabalho (solicitam tirar os documentos, carteira, CIC). Nos dias de sábado procuram empregos no jornal. Elas questionam a falta de investimento profissionalizante da instituição, que dá cursos e não proporciona empregos.

C: "Há um tempão que corro atrás de um emprego";
 Pergunto: "Já falarem na assembléia";
 C: "falamos, cansei de falar, não adianta nada". A coordenadora falou que aqui não é agência de empregos, que o projeto é para... ciliar... não me lembro tia essa palavra que sempre falam... "
 (murmura "ciliar" e termina falando família);
 Pergunto: Não será ressocializar ou reinserção à família?, para que voltem para suas casas...";
 As duas falam: "isso aí tia";
 Pergunto: "Vocês que acham?" (As duas ficam caladas);
 Pergunto: "Não concordam?";
 As meninas: "Não!";
 C: "Ué, não tenho casa".

As meninas também expressam seu desejo de uma realização futura pelo trabalho visando a ascensão social. Raramente se referem explicitamente ao casamento como um meio para a consecução do objetivo de mobilidade social. Ferreira (1979) explica que o comum no universo destas meninas é a percepção de que o marido dificilmente consegue manter a família e nunca as conduzirá a uma melhor situação.

Concordamos com essa autora em que os projetos das meninas se fundamentam em valores, mais ou menos rígidos, assim como indicam formas mais ou menos "respeitáveis" de trabalho para se efetivarem por exemplo, ser cabeleireira, manicure entre outros. Elas têm uma boa percepção da relação entre o trabalho e a condição de vida, assim como de que as profissões são

classificadas pela sua remuneração e prestígio que conferem ao indivíduo. Por isso, as profissões assalariadas de nível baixo, como ser faxineira e as que implicam uma forte subordinação e controle, são indesejáveis por não cumprirem as aspirações básicas dos projetos de ascensão. Observa-se na seguinte situação como elas expressam a relação hierarquizada da sociedade e, como negam a submeter-se ao adiestramento com vistas a uma docilidade e utilidade doméstica.

A faxineira da Casa está na sua hora de saída (17:00) e fala que não vai limpar mais; L. fala: "você é minha empregada e o que tem mesmo é que limpar". As meninas falam que elas não vão limpar porque "não lhes pagam para isso" e que não são "escravas". As meninas frequentemente referem-se a faxineira e à cozinheira da instituição como suas empregadas¹⁰. Parece que a lógica era: se há empregada de limpeza, sua obrigação é de limpar, enquanto, o das meninas de sujar.

O projeto de ascensão social, porém, conduz inevitavelmente a categorias profissionais valorizadas socialmente, para as quais há exigência de formação superior de escolarização.

As meninas foram matriculadas na escola, mas desistiram, frustradas pelos fracassos acumulados. Quando abandonam a escola, seja qual for o grau de escolarização atingido, elas não possuem conhecimento ou qualificação que lhes permita satisfazer suas necessidades básicas. Cabe ressaltar que a maior parte destas meninas não frequenta regularmente a escola, não acreditam no "saber" que esta possa lhes oferecer: "a escola não serve de nada tia, o que aprendo logo desaprendo".

¹⁰ Em outras oportunidades as meninas também expressam que os técnicos da instituição são seus empregados, porque "trabalham para elas".

Parte da equipe técnica, desiludida por não conseguir provocar mudanças nos comportamentos das meninas que atendiam, queixa-se no sentido de que "não merecem o que se está oferecendo para elas". Inclusive, para alguns técnicos, a lógica é que se as meninas não retribuíram aos direitos obtidos na instituição, cumprindo com suas obrigações (como assistir à escola, às oficinas profissionalizantes, cuidar do asseio pessoal e do estabelecimento), esses direitos teriam que ser cortados¹¹ progressivamente ou sua manutenção condicionada à modificação da sua conduta.

Assim, durante a gestão da segunda coordenação, o novo modelo que se tenta propor, da "menina bem-educada", foi rejeitado por elas, como se mostra a seguir. Numa assembléia, a coordenadora diz: "Eu sou muito criteriosa" e anuncia que vai observar o comportamento das meninas, e quem apresentar "um comportamento exemplar vai ter um emprego". As meninas perguntam: "que é um comportamento exemplar?". Explica que o comportamento exemplar é "não falar palavrão, não roubar, cuidar da higiene pessoal, não dar problema, não ter queixa dos técnicos sobre ela"... As meninas falam: "as pessoas que vieram trabalhar aqui sabiam que trabalhariam com meninas de rua, não com meninas grã finas", "aqui não tem anjinho não". Reclamam que a menina que agora se desempenha como ajudante na cozinha "não era nada disso e está trabalhando".

Observou-se que a profissionalização das meninas e adolescentes nesta instituição, se encaminhou por objetivos que não satisfaziam a aspiração delas, nem orientavam para a elaboração de expectativas mais compatíveis com sua condição.

¹¹ Por exemplo, na época da segunda coordenação, depois de terem "sumido" os copos, talheres da instituição, não os repuseram como era habitual.

Finalmente, estas oficinas e os cursos profissionalizantes foram fechados.

Cabe destacar, por um lado, como a exclusão das outras instituições sociais como a família, escola, trabalho, entre outras, fez com que os vínculos, demandas e expectativas destas meninas, fossem deslocados para a nova instituição. Por outro lado, podemos observar que do tipo de resposta dada pela instituição, depende a geração de uma relação que motive nestas meninas e adolescentes uma adaptação ativa e crítica à sociedade. Certamente, isto só pode ser concretizado num contexto de profundo respeito pela sua condição de sujeitos, que permita resgatar as suas mais genuínas possibilidades de desenvolvimento.

REFLEXÕES FINAIS

É importante observar que a análise realizada não tem um caráter definitivo, nem poderia ser generalizada para outras situações. Em lugar de dar uma resposta para questões tão vastas e complexas, preferimos discutir algumas das problemáticas registradas ao longo do trabalho.

Numa perspectiva psicossocial, a pesquisa procurou entender a maneira como as condições de violência, exclusão, entre outras, instituem-se no sujeito e como estas particularidades influem na sociedade.

A situação de marginalidade destas meninas e adolescentes "de rua" não pode ser entendida somente do ponto de vista externo de pobreza e escassez de recursos. Precisa-se incluir a forma como elas compreendem suas experiências como atores sociais e, especialmente, as vivências do seu cotidiano.

Neste sentido, constata-se nas suas histórias de vida que estas meninas encontram-se continuamente reconstruindo e relativizando códigos, regras e sanções sociais. Observa-se que as coordenadas de seu mundo são muito variadas e dependem das diferentes situações e espaços onde se encontrem, tais como a família, a escola, as instituições de atendimento e as ruas.

Em síntese, seu processo da construção de normas se dá num contexto complexo, as vezes contraditório, de constante ruptura e de criação de novos vínculos. Tais características podem nos ajudar a entender o conflito que se gerou nelas, face à nova

situação apresentada pela instituição, sede da pesquisa, que as colocava numa posição difícil, a de administrar uma nova liberdade e a de ter que estabelecer as normas num cotidiano institucional.

Esse contexto de atendimento alternativo possibilitou, de forma especial, analisar a relação dinâmica entre o instituído x o instituinte. Em princípio, nesta instituição as meninas e adolescentes tinham a liberdade sobre como organizar e estruturar suas atividades, para se movimentarem de um lugar para outro, enfim, para escolher o que vão fazer e como. Isto, contrastava com suas experiências anteriores em instituições tradicionais, onde tudo tem hora, lugar e as atividades são controladas, estabelecidas por regras impostas. Assim, pode-se entender porque elas perceberam este contexto como ambíguo, onde predominava a pouca explicitação de regras e critérios, onde nada era estipulado com nitidez e, aparentemente, "tudo" podia ser instituído pelas meninas.

Embora as meninas pareçam não terem se apercebido disso, o modo como as normas foram instituídas por elas, tanto nas suas casas nas ruas ou nas instituições de regime fechado pelas quais passaram, traziam sempre a marca da violência. Esta marca não conseguiu ser erradicada neste novo contexto, instituindo-se no seu cotidiano, sendo um dos motivos pelos quais, paradoxalmente, embora rejeitassem os limites e punições severas, os demandavam como meio de "ordenar" a instituição.

A dinâmica da instituição era percebida, pelos técnicos e pelas próprias meninas, principalmente dentro de um registro de desordem e caos, embora estes também comportasse uma rede de relacionamentos e trocas de experiências. Por exemplo, foram

observadas hierarquias e relações de poder entre as "mães de rua" e suas "filhas de rua" e, igualmente o exercício de suas funções de proteção e cuidado.

Com respeito à pesquisa de campo, lamenta-se não ter sido possível aprofundar-se mais nestes aspectos. Devido à necessidade no ato da pesquisa, de fazer recortes, fomos restringidos a trabalhar apenas o material mais especificamente relacionado com a construção das normas neste grupo de meninas e adolescentes.

É oportuno colocar que, como pesquisadora, constituiu-se uma experiência única o poder compartilhar o mundo cotidiano destas meninas. Os diversos aspectos surgidos no "encontro" entre pesquisadora e meninas, puseram em evidência, além da problemática estudada, alguns dos seus autênticos potenciais para serem desenvolvidos. Entre eles, o companheirismo e solidariedade grupal entre as "irmãs" ou os que elas consideram como iguais, os que sofrem seus mesmos problemas e o senso de responsabilidade da maioria das meninas e adolescentes para cumprir as funções de maternagem com os bebês da instituição.

A desconfiança profunda das suas próprias possibilidades, assim como dos agentes que lhes oferecem a oportunidade de uma mudança paulatina, no contexto de uma proposta alternativa, bem como os conflitos apresentados no cotidiano institucional, são dificuldades básicas, mas que não denotam a impossibilidade de promover mudanças construtivas na vida destas crianças e adolescentes.

Quanto aos dilemas trabalhados na análise do cotidiano institucional, constata-se que permitiram uma melhor compreensão

da dinâmica instituinte x instituído, possibilitando discutir melhor as situações observadas.

Em relação à dualidade ordem x desordem, entende-se que a prática que aconteceu na instituição, não foi consequência de simples falta de normas, mas da ausência de agentes para garantir que elas fossem cumpridas. Isto não implicou necessariamente na instauração do "caos", mas de uma "outra ordem" com relações e exercícios de poder específicos. Neste caso, foi instituída pelas meninas uma organização que, por um lado, apresentava-se como violenta e reativa e, por outro, com facetas de solidariedade e responsabilidade.

Com respeito ao dilema limite x punição, observou-se que o desafio que se instaurou na instituição foi o de como respeitar as normas, aceitar os limites na convivência cotidiana, sem precisar fazer uso de castigos e punições. Ficou evidente, também, a necessidade de legitimar um mínimo de regras que proporcionassem a preservação tanto do espaço físico, quanto da confiança das próprias meninas e adolescentes.

Quanto à relação direitos e deveres, percebe-se que estas meninas e adolescentes estão conscientes da sua situação de sujeitos de direito outorgada pelo Estatuto. Elas desejam ter casa, ensino, trabalho e serem protegidas contra a violência e exploração. Porém, diante das reais dificuldades deles serem conquistados, observou-se, por um lado, a instauração de relações com características de dependência e passividade e, por outro, o incremento de reações de frustração e violência.

Finalmente, consideramos que o desenvolvimento de estratégias que possibilitem a autonomia nestas meninas, dependerá, entre outros fatores, das ações das instituições.

Certamente, tanto para efetivarem seus direitos, quanto para que possam exercer plenamente a cidadania, faz-se necessário, sobretudo, o compromisso e o empenho da sociedade em sua totalidade.

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, Sergio (1988). Violência. Seminário Interno da Secretaria do Menor. São Paulo, p. 9-12..
- ALTOÉ, Sônia (1990). Infâncias Perdidas: O Cotidiano nos Internatos Prisão. Rio de Janeiro, Xenon.
- ARANTES, Esther Maria e MOTTA, Maria Eucharas (org.) (1990). A Criança e seus Direitos: Estatuto da Criança e do Adolescente e Código de Menores em Debate. Rio de Janeiro, PUC/RJ - FUNABEM.
- _____ (1991). Infância em perigo e infância perigosa. Jornal da PUC. Rio de Janeiro, 2 de Dezembro.
- BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas (1976). A Construção Social da Realidade. Petrópolis, Vozes.
- BOGADO, Leticia (1986). A Casa da Princesa: A Genealogia de um Internato. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica.
- BORBA, Angela (1993). A questão de Gênero e suas Implicações na Condição de ser Menina. In: As Meninas as mais Vulneráveis: Formação de uma Rede de Instituições que Atuam com Meninas no Município do Rio de Janeiro. Childhope Foundation (org.), Rio de Janeiro, Childhope.
- BROIDE, Jorge (1991). A Psicoterapia Psicanalítica na rua realizada através de Grupo Operativo: A rua enquanto instituição das populações marginalizadas. São Paulo, Centro Latinoamericano de Estudos em Saúde Mental.

- CBIA (1990). Meninas. Ciclo de Debates Política Social da Criança e da Adolescência. Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência, Min. Ação Social.
- CEAP (1993). As Meninas e a Rua. Revista CEAP. Rio de Janeiro, No. 03, março.
- PIXOTE (1993). Revista sobre meninos e meninas. Rio de Janeiro, CEAP, Ano I, No 1.
- _____ (1994) Revista sobre meninos e meninas. Rio de Janeiro, CEAP, Ano II, No 3.
- CHILDHOPE FOUNDATION (org.) (1993a). As Meninas as mais vulneráveis: Formação de uma Rede de Instituições que Atuam com Meninas no Município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Childhope.
- CHILDHOPE FOUNDATION (1993b). Esperança. Boletim Informativo da Organização Internacional em Favor dos Meninos e Meninas de Rua. Janeiro - março.
- COSTA, Albertina de O. e BRUSCHINI, Cristina (org.) (1992). Uma Questão de Gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas.
- COSTA, Antonio Carlos G. da (1990). Aventura Pedagógica: Caminhos e Descaminhos de Uma Ação Educativa. Bogotá, Unicef.
- COSTA, Jurandir Freire (1979). Ordem Médica e Norma Familiar. Rio de Janeiro, Graal.
- DIMENSTEIN, Gilberto (1993). O Cidadão de Papel: A Infância, a Adolescência e os Direitos Humanos no Brasil. São Paulo, Ática.

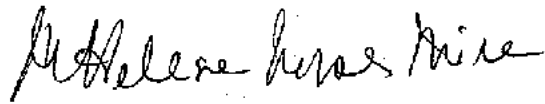
- DIO BLEICHMAR, Emilce (1988). O Feminismo Espontâneo da Histeria: Estudo dos Transtornos Narcisistas da Feminilidade. Porto Alegre, Artes Médicas Sul.
- EISENSTEIN, Evelyn e SOUZA, Ronald. (1993). Situações de Risco à Saúde de Crianças e Adolescentes. Petrópolis, Vozes.
- FENELON, Gracia M.; Martins, L.; Domingues, M.H. (1992). Meninas de Rua: Uma Vida em Movimento. Goiânia, CEGRAF/UEG.
- FERREIRA, Rosa Maria F (1979). Meninos de Rua: Expectativas e Valores de Menores Marginalizados em São Paulo. São Paulo, Ibrex.
- FROMM, Erich. (1976). Ter ou Ser. Rio de Janeiro, Guanabara.
- GOFFMAN, Erving. (1975). Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro, Zahar.
- GONÇALVES, Hebe S. (1993). Infância, Adolescência e Crime (Des)Caminhos da Disciplina. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica.
- KRÜGER, Helmuth (1986). Introdução à Psicologia Social. São Paulo, EPU.
- KÜHNER, Maria H. (1989). A Transgressão - Porque?. In: A Transgressão do Feminino. Isis Bialão (Org.), Rio de Janeiro, IDAC.
- LAGÔA, Ana (1992). Meninas Prostituídas. Nova Escola, Novembro, p. 32-36.
- LEITE, Lígia C. (1991). A Magia dos Invencíveis: Os Meninos de Rua na Escola Tia Ciata. Petrópolis, Vozes.
- LOURAU, René (1975). A Análise Institucional. Petrópolis, Vozes.

- MACHADO, Roberto, LOUREIRO, A., LUZ, R. e MURICY, K. (1978). Danção da Norma: Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro, Graal.
- MARTINS, Joel e BICUDO, Maria Aparecida (1989). A Pesquisa Qualitativa em Psicologia: Fundamentos e Recursos Básicos. São Paulo, MORAES e EDUC/PUC-SP.
- MINAYO, Maria Cecília de S. (1992). O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde. São Paulo, Hucitec.
- MORAES, Aparecida F.; Rocha, Cyntia; Ramirez, F.; De Castro, L. (1991). A Menina, a Vida, a Cidade. Revista da Cultura Vozes. Vol. 85, set./out.
- MORAES, Aparecida F. (1993). Prostituição e Violência Social. In: As Meninas as mais Vulneráveis: Formação de uma Rede de Instituições que Atuam com Meninas no Município do Rio de Janeiro. Childhope Foundation
- MOURA, Maria T.F. (1993). Uma Visão Retrospectiva das Obras Sociais e Organizações Não Governamentais no Rio de Janeiro. Rio, CEBES.
- NICOLACCI, Ana M. da C. (1987). Sujeito e Cotidiano: Um Estudo da Dimensão Psicológica do Social. Rio de Janeiro, Campus.
- PAIXÃO, Antônio Luiz (1990). A Violência Urbana e a Sociologia: Sobre Crenças e Fatos e Mitos e Teorias e Políticas e Linguagens e... Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, ISER. 15 (1): 68-81.
- PEREIRA, Almir; BEZERRA, J.; Heringer, R. (org.) (1992). Os Impasses da Cidadania. Infância e Adolescência no Brasil. Rio de Janeiro, IBASE.
- PEREIRA, Vânia (1993). E Rua é Lugar de Menina? Um Estudo acerca da Construção da Subjetividade em Meninas e Adolescentes no

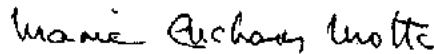
- Espaço da Rua. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica.
- RIZZINI, Irene (org.) (1986). Geração de Rua - Série Estudos e Pesquisas. Rio de Janeiro, Universidade Santa Úrsula/CESME.
- _____ (1992). Infância, adolescência e pobreza na década de 80: a situação da menina no Brasil. Humanidades, Brasília, 8 (1), p.28-35.
- _____ & WIJK, Flavio B. (1990). O que o Rio tem feito por suas crianças? Rio de Janeiro, Universidade Santa Úrsula/CESME.
- ROCHA, Cynthia P.C. (1992). Educação na Rua. Dissertação de Mestrado em Educação. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas/IESAE.
- SORJ, Bila (1992). O Feminismo na Encruzilhada da Modernidade e Pós-Modernidade. In: Uma Questão de Gênero, Costa, A. e Bruschini C. (org.). Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos.
- THIOLENT, Michel (1988). Metodologia da Pesquisa-Ação. São Paulo, Cortez.
- UNICEF (1993). O Mandado do UNICEF sobre a Menina. Revista CEAP, No. 03, março.
- VALLADARES, Licia do Prado e IMPELIZIERI, Flávia (1991). Ação Invisível: O Atendimento a Crianças Carentes e a Meninos de Rua no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, IUPERJ.
- VASCONCELOS, Ana (org.) (1988). Meninas de Rua (Foi porque o amor valeu...). Recife.
- VELHO, Gilberto (1974). O Estudo do Comportamento Desviante: A Contribuição da Antropologia Social. In: Desvio e

- Divergência: Uma Crítica da Patologia Social. Velho, G. (org.). Rio de Janeiro, Zahar.
- VIOLANTE, Maria L.V. (1982). O Dilema do Decente Malandro. São Paulo, CORTEZ.
- YANNOULAS, Sílvia C. (1993). A Menina Sai à Rua. Revista CEAP. Nº 03, março, p. 7-11.
- ZALUAR, Alba (1990). Teleguiados e Chefes: Juventude e Crime. Religião e Sociedade. Rio de Janeiro, ISER, 15(1):54-67.

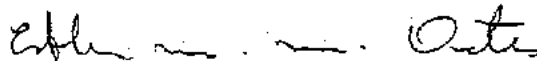
Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC-Rio pela aluna Raquel Ochoa Cardich, intitulada "A voz das meninas' na construção das normas em uma instituição de atendimento para meninas de rua", e aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes Professores:



Maria Helena Novacs Mira
Orientadora / PUC-Rio



Maria Euchares Motta
PUC/Rio



Esther Maria de Magalhães Arantes
PUC/Rio

Visto e permitida a impressão

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1994.



Jurgen Heye
Coordenador dos Programas de
Pós-Graduação do Centro de Teologia e Ciências Humanas